

CIDADE PARA QUEM?

REDES DE ATIVISMOS URBANOS EM JOÃO PESSOA|PB

A CIDADE
EM MOVIMENTO
[Minha Jampa]

SENTIR NA CIDADE, MEXER COM ELA,
COM SEU COTIDIANO...
[Minha Jampa]

«O COLETIVO MUDA A
CIDADE»
[João Pessoa que Queremos]



PPGAU
UFPB

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal da Paraíba
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

Aluna: Flávia C Coutinho Bezerra
Orientadora: Profª Drª. Doralice Sátyro Maia
Coorientador: Prof. Dr. Demóstenes Andrade de Moraes



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FLÁVIA CRISTINA COUTINHO BEZERRA

CIDADE PARA QUEM?
REDES DE ATIVISMOS URBANOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PB

JOÃO PESSOA
2023

FLÁVIA CRISTINA COUTINHO BEZERRA

CIDADE PARA QUEM?

REDES DE ATIVISMOS URBANOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PB

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba como requisito para o exame de qualificação de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientação: Prof^a. Dra. Doralice Sátyro Maia.

Coorientação: Prof. Dr. Demóstenes Andrade de Moraes

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B574c Bezerra, Flávia Cristina Coutinho.

Cidade para quem? redes de ativismos urbanos na cidade de João Pessoa, PB / Flávia Cristina Coutinho Bezerra. - João Pessoa, 2023.

121 f. : il.

Orientação: Doralice Sátyro Maia.

Coorientação: Demóstenes Andrade de Moares.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CT.

1. Planejamento urbano. 2. Direito à cidade. 3. Redes de ativismo. 4. Arquitetura e Urbanismo. I. Maia, Doralice Sátyro. II. Moares, Demóstenes Andrade de. III. Título.

UFPB/BC

CDU 711.4(043)



Ata de defesa final de dissertação, requisito para obtenção do diploma do curso de mestrado do PPGAU-UFPB.

Aos dezenove dias do mês de dezembro de 2022, às 14:00 horas, através da plataforma Google Meet, houve a defesa do trabalho final de cujo título é “Cidade para quem? Rede de ativismos urbanos em João Pessoa-PB”, vinculado à linha de pesquisa Produção e Apropriação do edifício e da Cidade, pela discente Flavia Cristina Coutinho Bezerra, matrícula 20171026244. A Banca Examinadora foi composta pelos professores doutores: Doralice Satyro Maia (Orientadora – PPGAU/UFPB) presidente da banca; Demostenes Andrade de Moraes (Co-Orientador - PPGAU/UFPB; Jovanka Baracuh Cavalcanti (Avaliadora Interna – PPGAU/UFPB) e Paula Dieb Martins (Avaliadora Externa – UFPB). Iniciado os trabalhos, a discente fez uma exposição oral, em seguida houve arguição pelos examinadores. Ao final da defesa, a banca se reuniu reservadamente e considerou o trabalho:

(x) APROVADO () INSUFICIENTE () REPROVADO

Observação: ____ A banca examinadora recomenda apresentar de forma mais precisa os conceitos que fundamentam a pesquisa; reorganizar a estrutura do trabalho, em especial os capítulos 2 e 3, expor um quadro com o panorama geral dos grupos pesquisados e deixar claro o recorte temporal.

Recomendado para concorrer premiação: () Sim (x) Não

Recomendado para publicação: () Sim (x) Não

Nada mais havendo, os trabalhos foram encerrados e em seguida foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Germana Costa Rocha, pelos membros da Comissão Examinadora e discente.

Prof.^a Dr.^a Doralice Satyro Maia
(Orientadora/Presidente – PPGAU/UFPB)

Prof.^a Dr.^a Jovanka Baracuh Cavalcanti
(Avaliadora Interna – PPGAU/UFPB)

Prof.^a Dr.^a Paula Dieb Martins
(Avaliadora Externa - UFPB)

Prof. Dr. Demostenes Andrade de Moraes
(Co-Orientador – Vice-Presidente -PPGAU/UFPB)

Flavia Cristina Coutinho Bezerra
(Discente)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas estiveram ao meu lado desde a pesquisa da dissertação até a concretização deste trabalho, uma experiência intensa no trânsito entre prazer e inquietude em tempos de crise política, econômica e sanitária, de afronta à democracia e à política urbana, fortemente atacada nos seus princípios, diretrizes e instrumentos, evidenciando suas fragilidades.

Elaborado nessa conjuntura de adversidade e regressão, este trabalho se nutre da esperança de contribuir com as necessárias reflexões sobre a trajetória de grupos articulados em rede na cidade de João Pessoa/PB.

Agradeço especialmente a minha mentora, Jovanka Baracury, a primeira orientadora que iniciou essa jornada e que posteriormente foi dado o desafio a professora Doralice Sátyro, apontando-me sempre com precisão, cuidado e compreensão a uma direção a seguir. Agradeço também ao professor Demóstenes Andrade que me incentivou a continuar a pesquisa e que trouxe grandes contribuições e a possibilidade de esclarecer conceitos e reflexões sobre movimentos sociais no Brasil.

Manifesto meu imenso agradecimento às pessoas que se dispuseram a conceder entrevistas para a pesquisa. Além dos diversos olhares sobre o direito à cidade colhidos e das pistas para entender a complexidade das disputas pelo direito à cidade, com elas consegui renovar minhas energias nesses tempos desalentadores e, por elas, reafirmo aqui o meu compromisso ético-político com a produção de um conhecimento implicado na ação política transformadora. Registro ainda meu agradecimento a rede Minha Jampa e ao Henrique Franca, do Movimento João Pessoa que Queremos, por compartilhar reflexões nesses tempos difíceis e poder coletivamente fermentar esperanças.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pela bolsa de estudo e pela sensibilidade ao apoio à minha licença de maternidade e posteriormente, a ter me dado a oportunidade de continuar a pesquisa após uma pandemia. Dirijo meus afetuosos agradecimentos a Caroline pelo atencioso apoio à sistematização das normas.

Agradeço a Deus e a minha família, particularmente ao meu amigo e companheiro Vinícius Enéas que esteve ao meu lado, me encorajando a não desistir.

Agradeço a Jaqueline Coutinho, amiga e irmã pelas contribuições nesse trabalho.

Dedico esse trabalho ao meu filho Davi Coutinho, que me acompanha nessa jornada desde meu ventre, nos altos e baixos dessa caminhada. Que ele aprenda a não desistir e sempre procurar novas soluções para os desafios da vida.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as ações e articulações dos grupos de ativistas Minha Jampa e João Pessoa que Queremos, que reivindicaram participação na gestão e estratégias de planejamento urbano na cidade de João Pessoa (PB). Para responder a problemática proposta na dissertação — Como essas redes de ativismos compreendem a cidade? — foi necessário, primeiramente, analisar algumas referências teórico-metodológicas a fim de entender a passagem das interpretações sobre os movimentos sociais e como se desencadeou o processo de concepção dos ativistas urbanos articulados em rede e suas novas realidades. Através da pesquisa qualitativa, observou-se que as ações coletivas revelaram várias questões interligadas sobre direito à cidade, na medida em que buscaram exercer algum controle social das políticas públicas urbanas, principalmente de mobilidade urbana, tendo em vista a debilidade das instâncias oficiais de gestão democrática neste controle. Além do monitoramento na condução de práticas de governo, os grupos de ativistas articulados em rede, realizaram investigações e análises críticas sobre os projetos e mudanças nas leis urbanísticas e ambientais que podem ameaçar os direitos na e à cidade. Foi possível constatar que a ação destes grupos articulados de ativistas propõe novas abordagens e ferramentas para fomentar a participação social ampla na direção de constituição de uma comunidade política que constroem coletivamente a cidade para todas as pessoas.

Palavras-chave: articulações; direito à cidade; planejamento urbano; redes de ativismo.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the actions and articulations of the urban social movements "Minha Jampa" and "João Pessoa que Quero", which claim participation in the management and strategies of urban planning in the city of João Pessoa (PB). Firstly, for answering the problem proposed in this dissertation — How do these urban social movements understand the city? — it was necessary to analyze some theoretical-methodological references. These references helped us to understand the changes in interpretations of social movements and how was the process of conception of urban activism and their new realities. Indeed, it was observed that community actions revealed several interconnected questions about the right to the city as they sought to exercise some social control of urban public policies, mainly in urban mobility due to the weakness of democratic management from the government in this control. Beyond monitoring the conduct of government practices, urban social movements carried out investigations and critical analyzes on projects and changes in urban and environmental laws that may threaten the rights in and to the city. Then, it was possible to verify that the action of these urban social movements proposed new approaches and tools to encourage broad social participation toward the constitution of a political community that collectively builds the city for all people.

Keywords: urban social movements; right to the city; urban planning; activist groups.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Quadro resumo das atividades elaboradas nas etapas metodológicas	17
Quadro 2 - Roteiro de perguntas elaboradas na etapa das entrevistas com os grupos articulados	19

FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município e da cidade de João Pessoa - PB	15
Figura 2 - Lideranças reunidas na Praça da Sé em São Paulo	33
Figura 3 - MDF durante ato público em defesa ao direito de moradia nos anos 80.....	33
Figura 4 - Movimento do MTST em um protesto para reivindicar moradias populares, no vão livre do MASP, Avenida Paulista	36
Figura 5 - Comuna de Paris	39
Figura 6 - Eventos de 68.....	39
Figura 7 - Revolução Egípcia	41
Figura 8 - Movimento Occupy Wall Street, Estados Unidos.....	42
Figura 9 - Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, Brasil.....	48
Figura 10 - Movimento Ocupe Estelita, em Recife-PE	56
Figura 11 - Movimento a Batata Precisa de Você.....	57
Figura 12 - Triciclo Dream Bike adaptado pelo coletivo BijaRi, uma praça pública montada no triciclo [Praças (Im)possíveis]	58
Figura 13 - Movimento Ocupe Porto do Capim, João Pessoa-PB	59
Figura 14 - Ação #nãoafogue80milhões em conjunto do Minha Jampa com vários movimentos: Amigos da Barreira, Ocupa Cultura, Projeto Mais Natação, Escritório Praia Caribessa, Cidade Bike.....	69
Figura 15 - Ação #issoéféminicídio do Minha Jampa, realizada no centro da cidade de João Pessoa “Isso é feminicídio”, com apoio de várias redes estaduais e Minha Jampa.....	70
Figura 16 - Ação #issoéféminicídio do Minha Jampa, realizada no centro da cidade de João Pessoa “Isso é feminicídio”, com apoio de várias redes estaduais e Minha Jampa.....	71
Figura 17 - Denúncia sobre o anúncio da retirada do canteiro central da Avenida	74
Figura 18 - Mapa do entorno imediato da Avenida Beira Rio, com seus principais equipamento e vias	74
Figura 19 - Reunião do movimento JPqQ na UFPB	76

Figura 20 - Destaque no jornal sobre o manifesto do JPqQ realizado na Avenida.....	77
Figura 21 - Audiência pública com o MPPB, em 18 jul 2013	78
Figura 22 - Entrevista dada à programa de TV pelo movimento JPqQ	81
Figura 23 - Imagens da manifestação Ocupe Beira Rio, realizado pelo movimento JPqQ	82
Figura 24 - Imagens da manifestação Ocupe Beira Rio, realizado pelo movimento JPqQ	83
Figura 25 - Destaque no jornal sobre o manifesto do JPqQ realizado na Avenida Beira Rio	84
Figura 26 - Manchete sobre a retirada das árvores da Avenida Beira Rio	86
Figura 27 - Imagens da avenida Beira Rio antes e após a retirada das árvores	87
Figura 28 - Imagens do manifesto “Funeral dos Ipês da Beira Rio” realizado pelo movimento JPqQ.....	87
Figura 29 - Imagens da proposta de uma ciclovia idealizada pelo movimento JPqQ	88
Figura 30 - Projeto do movimento JPqQ sendo executado pela Prefeitura.....	89
Figura 31 - Panfleto sobre o projeto “Conversa de Praça” realizado pelo Movimento JPqQ	90
Figura 32 - “Conversa de Praça” realizado pelo Movimento JPqQ	91
Figura 33 - Manchete Correio da paraíba sobre o Projeto da Beira Rio	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANSUR	Associação Nacional do Solo Urbano
ASDEF	Associação de Deficientes e Familiares em João Pessoa
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CMP	Central de Movimentos Populares
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental
FAMERJ	Federação de Associações de Moradores do Rio de Janeiro
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
GTI	Grupo de Trabalho Interinstitucional
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
JPQQ	João Pessoa Que Queremos
MPL	Movimento Passe Livre
PPGAU	Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MOE	Movimento Ocupe Estelista
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto
MTD	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direito
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
ONG	Organizações Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
OWS	Movimento Occupy Wall Street
SEMOB	Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana
SEMAN	Secretaria de Meio Ambiente
SENGE	Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E A LUTA URBANA	21
2.1	CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES – MOVIMENTOS SOCIAIS, ATIVISMOS SOCIAL E ATIVISMO URBANO	21
2.2	O PROCESSO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E URBANOS NO BRASIL	28
3	DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À REDES DE ATIVISMOS	38
3.1	EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONECTADOS EM REDE	45
3.2	OS MECANISMOS DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO EM REDE	50
4	REDES DE ATIVISMOS URBANOS EM JOÃO PESSOA.....	61
4.1	MINHA JAMPA: AÇÕES E ARTICULAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA	65
4.2	JOÃO PESSOA QUE QUEREMOS E O PROJETO OCUPA BEIRA RIO.....	73
4.3	ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS ATIVISTAS ARTICULADOS EM REDE	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	102
	APÊNDICE A	106
	APÊNDICE B	107
	APÊNDICE C	108
	APÊNDICE D	109
	APÊNDICE E.....	110
	APÊNDICE F.....	111
	ANEXO A.....	112
	ANEXO B.....	114



1 INTRODUÇÃO

A cidade é vista como uma construção social, por permitir que nos apoderemos dos seus espaços e atribuamos, a eles, significados e usos. Contudo, essa apropriação difere entre os cidadãos, já que o próprio espaço urbano não é construído e nem mesmo reproduzido de forma igualitária. As marcas dessas desigualdades ficam evidentes pelas diferentes e injustas condições de vida, expressas no contraste entre riqueza e a pobreza, de um modelo socioeconômico que transforma as cidades em lugares onde predomina a especulação, lucro e investimento para alguns, em detrimento das necessidades e desejos de muitos.

Assim como ocorreu em outras cidades brasileiras, o processo de transformação da cidade de João Pessoa (PB) apresenta um lugar de modernização conservadora e de atraso social, com desenvolvimento assimétrico, pautado em uma lógica de economia de mercado e da superexploração das camadas sociais mais baixas. Embora tenham sido criadas diversas políticas de gerenciamento urbano, a produção da cidade de João Pessoa vem sendo diretamente condicionada à interesses políticos e especulações imobiliárias.

Ao entender a cidade como um lugar de conflitos, onde não só o debate político acontece, mas também as desigualdades se tornam cada vez mais visíveis, alguns indivíduos têm se unido à promoção de cidades mais justas e democráticas, pelo pertencimento, pela vida coletiva e a retomada dos direitos constitucionais que zelam pelo direito coletivo de acesso à cidade como um todo.

A partir da metade do século XX, a novidade no cenário das lutas sociais é a eclosão de movimentos sociais em rede, que se espalharam pelo mundo numa difusão rápida e abrangendo diferentes temáticas que vão de biodiversidade, lutas e demandas étnicas, até as lutas religiosas de diferentes seitas e crenças (GOHN, 2009, p. 3). Dentre os movimentos, estão também os coletivos e ativistas que lutam pelo reconhecimento e garantia do direito à cidade e outras formas coletivas de expressar e defender causas, que se diversificaram e passaram a constituir redes organizacionais através de meios de comunicação, principalmente pela internet, ultrapassando fronteiras locais, regionais e internacionais.

Parte desses movimentos vêm atuando na luta pelo reconhecimento e garantia do direito à cidade, que se caracterizam por uma diversidade de motivações e desejos de ações coletivas construídas a partir do compartilhamento de valores culturais e políticos pelo grupo e da força do princípio da solidariedade vivenciada (COTA; PEREIRA; FONSECA, 2014).

Essas redes de ação e mobilização integrantes da sociedade civil organizada que compartilham ideias comuns, implementaram novas formas de interação com a cidade, trazendo visibilidade para os espaços públicos e fomentando discussões e propostas para as políticas públicas urbanas para a promoção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Parte dos esforços dos movimentos sociais urbanos tem contribuído, também, para novas configurações de sociabilidade e para a recuperação dos espaços das cidades por seus habitantes.

Movidos pela indignação e esperança (CASTELLS, 2013), estes atores podem se configurar como agentes de transformação a partir de ações e articulações que questionam a produção e apropriação desigual e injusta dos espaços urbanos. No Brasil, e também, em João Pessoa, diversas questões vêm sendo abordadas pelos movimentos sociais e por grupos de ativistas, desde a urbanização desigual como também a mobilidade urbana, a segregação socioespacial e a privatização de diversos espaços urbanos. Discutem ainda a própria concepção de cidade que vem sendo produzida e as lógicas que dão suporte a tais processos.

Nesse sentido, os movimentos urbanos e os grupos e coletivos de ativistas em rede, não dirigem suas ações apenas à redistribuição de recursos ou por demandas relacionadas ao consumo coletivo nas cidades, mas também a modos de vida que tenham como suporte a liberdade e o reconhecimento, incluindo pautas identitárias.

Observa-se que as experiências que mais se destacaram no processo de apropriação e resgate do espaço público por movimentos da sociedade em rede e por grupos de ativistas estão diretamente relacionadas aos mais importantes embates que permeiam o debate sobre a agenda urbana nos últimos dez anos em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba: a melhoria na qualidade dos espaços públicos, a transparência na gestão pública e a mobilidade urbana.

Para responder a problemática proposta na pesquisa — Quais foram as ações e articulações de grupos de ativistas, que fomentaram a participação nos processos

participativos no planejamento e gestão da cidade de João Pessoa (PB) – foi necessário compreender a atuação desses grupos no espaço urbano da cidade, a disseminação de informações e suas visões sobre a cidade como forma de mobilizar e engajar pessoas em defesa ao direito à cidade.

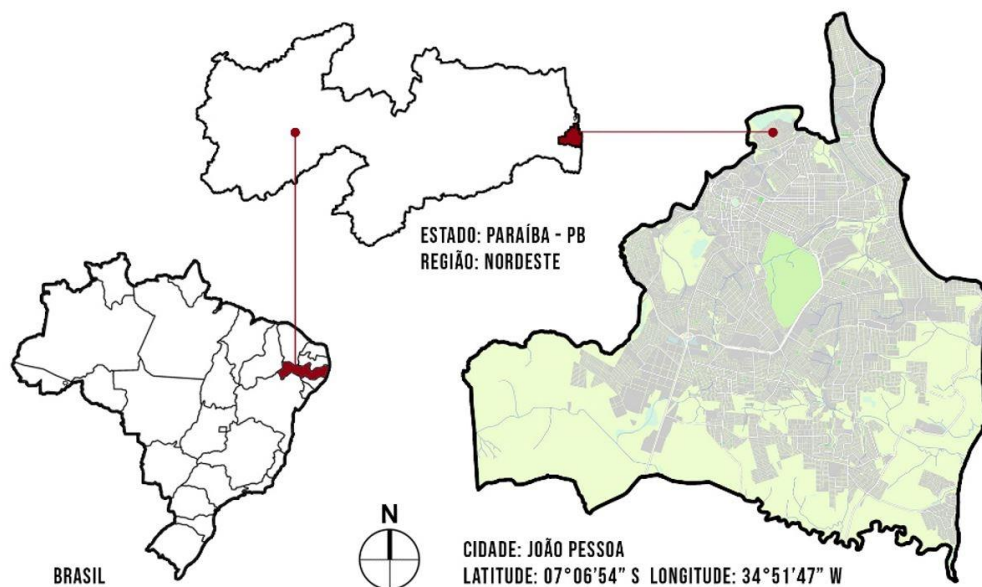
Portanto, o objetivo principal deste trabalho visou analisar as atuações dos grupos de ativistas urbanos articulados em rede a respeito do desenvolvimento e planejamento urbano em João Pessoa, Paraíba. Pretendeu-se, especificamente, compreender os mecanismos de organização em rede e suas expressões no espaço urbano como também investigar as ações recentes no campo das políticas públicas, articulações e estratégias de participação no planejamento urbano da cidade.

Desta forma, Castelles (2013) fala que urge investigar tais atuações enquanto questionadoras e organizadas pela sociedade em redes e a forma como se especializam na cidade, bem como o potencial transformador delas, considerando os mecanismos participativos inseridos na legislação brasileira e suas expressões no âmbito local.

A cidade de João Pessoa (PB) foi selecionada como recorte territorial do objeto de estudo por se tratar de uma área onde as dinâmicas e os conflitos relativos à implementação de projetos urbanísticos se intensificaram durante o período de 2014 a 2018 e concomitante reação e resistência da sociedade civil organizada pela forma como essas intervenções foram propostas.

Segundo dados do IBGE (2018), o município de João Pessoa está localizado no extremo oriental do estado da Paraíba (ver figura 01) e ocupa uma área de 210,45 km². A capital paraibana limita-se, ao norte, com Cabedelo (Rio Jaguaribe); ao sul, com Conde (Rio Gramame); ao leste, com o Oceano Atlântico; e, ao oeste, com Santa Rita (Rios Mumbaba e Paraíba) e Bayeux (Rio Sanhauá).

Figura 1 - Mapa de localização do município e da cidade de João Pessoa - PB



Fonte: Lima e Batista (2019)

Com uma população em 2021 de 825.796 habitantes a cidade de João Pessoa apresenta uma dinâmica resultante de uma urbanização e desenvolvimento econômico que sofreu um gradativo esvaziamento do centro como lugar de moradia pelas camadas de classe média e elites da sociedade local.

A partir da expansão da cidade em direção à faixa litorânea, os investimentos em obras de infraestrutura, moradia e acessibilidade concentraram-se em direção ao leste e a população oriunda das camadas mais pobres da sociedade, deslocam-se para áreas periféricas (principalmente para residir em conjuntos habitacionais financiados pelo governo federal). A população mais pobre, que não foi deslocada para as periferias a partir das políticas habitacionais, restou intensificar as encostas de rios, manguezais e outras áreas ambientalmente frágeis, principalmente famílias trabalhadoras do antigo porto, que ali desenvolveram um núcleo residencial.

Embora nos últimos anos têm avançado à inclusão da sociedade civil no debate sobre o ordenamento urbano, o discurso ainda acontece de forma moderada e pontual. Primeiro, pela própria formação socioespacial da cidade de João Pessoa (PB), que apresenta uma dinâmica resultante de uma urbanização e desenvolvimento econômico que sofreu um gradativo esvaziamento do centro como lugar de moradia pelas camadas de classe média e elites da sociedade local. Segundo, pela própria

legislação de ordenamento urbano de João Pessoa (PB), particularmente a Lei Orgânica do Município e o Plano Diretor, que são frágeis e de forte influência de investimentos de grandes empresas privadas, como por exemplo, a construção de shoppings, hipermercados e condomínios fechados, que reforçaram a segregação socioespacial da cidade.

Nos últimos anos, a aprovação de programas de reestruturação urbana, dentre eles o alargamento de vias públicas como a Avenida Beira Rio, o projeto de intervenção do Porto do Capim, sem a participação da sociedade civil na elaboração e implantação de políticas públicas, geraram mobilizações sociais iniciadas nas redes sociais, tais como os grupos de ativistas João Pessoa que Queremos (JPqQ) e Minha Jampa que atuam através de atos públicos como forma de despertar o diálogo com o poder público e maior participação popular nas intervenções públicas.

Os grupos ativistas Minha Jampa e JPqQ atuam de formas diferentes. A primeira busca trazer a rede Nossas Cidades, na tentativa de criar uma trama de ações de cidadãos que atuem na tomada de decisões políticas, como líderes de redes de mobilizações locais. Já o JPqQ tem se consolidado como um grupo de ativistas organizados e focados no fortalecimento de transparência na gestão pública e participação popular nas intervenções do espaço urbano.

Tais coletivos, formados por artistas, arquitetos, urbanistas, professores, ou simplesmente por amigos que compartilham ideias comuns, vêm implementando novas formas de intervenção urbana de forma criativa e provocativa, com o intuito de sensibilizar a população sobre discussões acerca da melhoria e participação da sociedade nas decisões de uso do espaço público na cidade de João Pessoa.

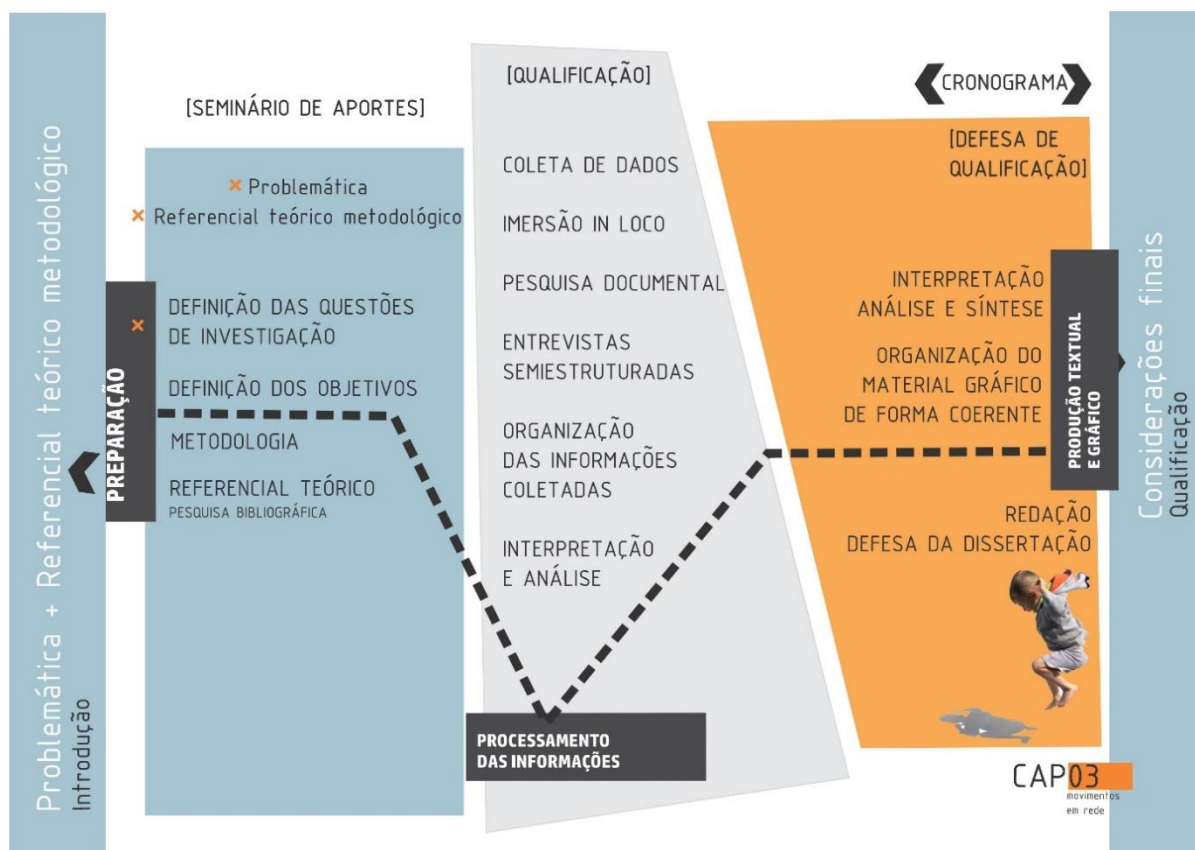
Observa-se que as ações dos coletivos trazem visibilidade por meio das redes sociais e das manifestações, intervenções e ocupações em espaços públicos para várias questões urbanas que afetam parte expressiva da população, com especial atenção ao debate sobre os espaços públicos e a discussão sobre o papel destes na cidade. Essas formas de interação sinalizam para novas possibilidades e perspectivas para o desenvolvimento urbano e para os espaços públicos e, à medida que propõe e estimula novas configurações de sociabilidade e contribui para a recuperação dos espaços da cidade por seus habitantes.

Entende-se que as intenções dessas ações coletivas podem ajudar a compreender a dinâmica da cidade em sua contemporaneidade, pois esses movimentos são tanto o resultado das contradições urbanas quanto o espelho da experiência na cidade, revelando possíveis questões sobre suas formas de produção e apropriação e, também, desvios e desigualdades na condução de políticas públicas ou práticas de governo.

O processo investigativo das formas de atuação dos dois coletivos, foi realizado através da pesquisa qualitativa, pois “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

Para o desenvolvimento da pesquisa e a realização dos objetivos traçados, fez-se necessário estabelecer caminhos metodológicos estruturados em quatro linhas de ação: preparação; pesquisa de campo, triagem e processamento das informações.

Quadro 1 - Quadro resumo das atividades elaboradas nas etapas metodológicas



Fonte: Coutinho (2018)

Na etapa inicial do processo de preparação, foram elaboradas as questões investigativas que deram suporte aos objetivos citados anteriormente. Durante essa etapa, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre os conceitos e interpretações sobre movimentos sociais através de consultas de teses, dissertações, monografias, periódicos e artigos científicos, em meio físico ou virtual, referentes ao tema abordado.

O arcabouço teórico foi constituído em três campos de conhecimento: espaço urbano, público e movimentos em rede. Os principais autores Lefebvre (2010) e Harvey (2013), tratam de conceitos relacionados ao direito à cidade, Carlos (2007) e Côrrea (2004) sobre a produção do espaço e Maricato (2013) no tocante à discursos sobre planejamento e política urbana. Todos esses autores subsidiaram o entendimento sobre o processo de planejamento e construção das cidades, assim como o direito à cidade como centro das discussões das agendas urbanas.

No campo de conhecimento sobre espaços públicos, a pesquisa se deu através dos autores Gehl (2010), Sobarzo (2006), Sennet (2014). No campo dos movimentos em rede, utilizou-se como fonte de pesquisa, os autores Castells (2013) e Gohn (2007), considerando o surgimento (ou emergência), desenvolvimento e expansão dos movimentos em rede assim como a participação dos mesmos na produção do espaço urbano.

Em seguida, na etapa de pesquisa de campo, foi feito um pré-mapeamento dos atores-chave de grupos e organizações de ativistas urbanos relevantes para oferecer um panorama sobre a dinâmica e participação ativa na cidade de João Pessoa (PB). Nesta etapa, foi realizado um levantamento de alguns movimentos e grupos organizados em rede atuantes e dois grupos de ativistas se destacaram pela capacidade de mobilização e engajamento: João Pessoa que Queremos e o Minha Jampa. As informações obtidas se deram através do contato inicial, conquista de confiança, realização de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionário e aquisição de materiais produzidos pelos movimentos.

Para entender as estratégias de organização e articulação e quais eram os instrumentos utilizados para difundir ações no campo das políticas públicas e controle social, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os grupos identificados e consolidados por meio de redes e de suas especializações, como também a busca de informações em documentos, recortes de jornais e fotografias.

A primeira entrevista foi realizada com a geógrafa e professora da Universidade Federal da Paraíba, que foi uma das idealizadoras do projeto de mobilização e organização em rede, a Minha Jampa. A partir disso, buscamos o contato com outros agentes articuladores, dentre eles, arquiteto e urbanista, ex- presidente do IAB/PB e a gestora social, que trabalha numa organização da sociedade civil denominada Instituto Soma Brasil.

Após o contato prévio com alguns agentes articuladores, iniciamos as entrevistas com as duas organizações em rede: O João Pessoa que Queremos e a Minha Jampa. Nesse sentido, foi aplicado um roteiro de entrevista aberto dividido em três pontos: a formação, ações e articulações e, eu no coletivo (ver tabela 2). Ao final, foi solicitado o contato de outra rede de parceria de ações coletivas. As entrevistas foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2018.

Quadro 2 - Roteiro de perguntas elaboradas na etapa das entrevistas com os grupos articulados

ROTEIRO DE PERGUNTAS	
	Nome do grupo articulado:
FORMAÇÃO	Como surgiu? Qual foi a motivação inicial para se organizarem? Quem começou? Como foi o início do movimento? Já se organizavam em rede? Existe algum tipo de mentor ou de inspiração para este movimento? Existe algum local(sede) onde se reúnem e realizam as principais atividades?
AÇÕES E ARTICULAÇÕES	Qual é o objetivo principal do movimento? Quais são as principais ações? Já fizeram ou participaram de algum tipo de intervenção na cidade? Onde? Existe algum lugar de participação na tomada de decisões da cidade? Há participação de outras redes? De que forma se articulam? Quem apoia ou deixou de apoiar? E por que? O movimento é financiado ou possui ajuda de alguma entidade? Se sim, quais são elas? Possui alguma parceira com instituições, entidade ou conselhos? Há algum vínculo partidário? Comercial? Quais?

EU NO COLETIVO	Sua participação no movimento se deu como? Como isto se reflete hoje em você? Como você se autodenomina e se vê enquanto coletivo e indivíduo no coletivo? Você tem alguma referência filosófica, intelectual ou teórica? Para você, de que maneira o coletivo pode mudar a cidade? O que você entende por direito à cidade? Espaço público, para quem?
----------------	--

Fonte: Coutinho (2018)

Esta pesquisa está organizada em três capítulos. No **primeiro capítulo** apresentamos a revisão de alguns conceitos e terminologias sobre os movimentos sociais e ativismos para compreender as ações e articulações de grupos de ativistas em João Pessoa considerando questões e formulações relacionadas ao direito à cidade.

No **segundo capítulo** serão discutidas as principais características das novas formas de organização dos movimentos sociais em rede no âmbito internacional e no Brasil, bem como a participação direta da população, fortalecida pelo advento das novas tecnologias de informação e comunicação, das redes digitais, como o Movimento Passe Livre e as Jornadas de Junho de 2013.

No **terceiro capítulo**, abordaremos as ações e articulações dos grupos ativistas articulados em rede e sua participação nas políticas públicas, principalmente na tomada de decisões no que se refere ao planejamento urbano da cidade de João Pessoa (PB). A ideia é investigar quais as principais estratégias utilizadas e de que forma se articulam e quais são os instrumentos utilizados para difundir questões, críticas e propostas no campo das políticas públicas. Também serão expostos os relatos e entrevistas dos representantes de cada grupo, que servirão como uma ferramenta de apoio no entendimento sobre os espaços públicos como palco de manifestações e como objetos de disputas.

Como resultado, a pretensão foi a de proporcionar um ponto de partida para futuras discussões sobre processos participativos a respeito da vida urbana que entrelaçam o urbanismo, o planejamento e a política como dispositivos de apreensão e produção da cidade, para que possam refletir os desejos e necessidades de seus habitantes.

A CIDADE
EM MOVIMENTO
[Minha Jampa]



2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E A LUTA URBANA

Neste capítulo, apresentamos as principais referências teórico-conceituais utilizadas no trabalho sobre os movimentos sociais, incluindo novas abordagens relacionadas à rede de ativismos.

A análise de algumas referências teórico-metodológicas se faz necessária para entender os diferentes tipos de movimentos no Brasil, principalmente no diz respeito aos recentes, que se articulam com o suporte da internet e das redes sociais. Em seguida, sistematizamos alguns recortes históricos que marcaram a trajetória dos movimentos sociais e ativismos urbanos, no que se diz respeito às mudanças na organização e articulação dos movimentos, que ocorreram em grande parte, em decorrência das transformações no cenário político internacional e nacional.

A pretensão foi proporcionar um breve panorama de referências sobre os movimentos sociais e grupos de ativistas para compreender as ações e articulações de alguns deles em João Pessoa considerando questões e formulações relacionadas ao direito à cidade.

2.1 CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES – MOVIMENTOS SOCIAIS, ATIVISMOS SOCIAL E ATIVISMO URBANO

Fizemos inicialmente, uma distinção entre movimentos sociais históricos e ativismos sociais. Dentre os diversos teóricos que tratam sobre os movimentos sociais, consideramos algumas referências que são fundamentais à compreensão sobre tema. Ressaltamos Touraine (1994) com seu acionalismo tourainiano, Castells (2007) e o conceito de movimentos sociais urbanos, Gohn (2007) e Souza (2006) sobre movimentos sociais.

A concepção tourainiana de movimento social é definida como uma conduta coletiva orientada para a historicidade e portadora de um conflito de classes. Em sua análise dos movimentos sociais, Touraine (1994) compreende a própria impossibilidade de se separar o sujeito e ator social (ser produtor da vida social) do indivíduo (ser consumidor de normas e instituições sociais) o qual se torna sujeito na

medida em que passa a assumir uma nova posição frente à insatisfação do que é imposto pela sociedade de massa(moderna).

Assim, o movimento surge como “um ator coletivo cuja orientação maior é a defesa do sujeito, a luta pelos direitos e a dignidade dos trabalhadores “(TOURAINÉ, 1994, p. 254). Para o autor, esses novos atores se caracterizam não pelo fato de ser voltados para o questionamento sobre o sistema de produção, e sim, pelas finalidades do sistema de produção.

Ao contrário de Touraine, Castells (2007, p. 23) acredita que uma das condicionantes “para que as experiências individuais se encadeiem e formem um movimento é a existência de um processo de comunicação que propague os eventos e as emoções a eles associadas”.

“(…) O arcabouço teórico que tentamos construir deve principalmente ao trabalho mais sistemático e completo já realizado sobre os movimentos sociais em toda a história da sociologia, a de Alain Touraine. Contamos com ele, por exemplo, para a definição de um movimento social como "a ação coletiva organizada pela qual um ator de classe luta pela definição social da historicidade em um dado conjunto histórico. Mas não vemos nenhuma razão (exceto em coerência interna de Touraine) para um movimento social baseado em uma relação de classe: ou estendemos excessivamente o conceito de classe ou devemos rejeitar a ação coletiva como movimentos sociais, pois existem muitas dessas ações - o movimento feminista, por exemplo - que sem ser com base na classe têm feito grandes contribuições para a redefinição dos objetivos e valores de uma sociedade” (CASTELLS, 1983b:300-1 *apud* SOUZA, 2006, p. 275).

Muitas vezes, os movimentos sociais eram comparados a movimentos de caráter revolucionário em que as ações e lutas políticas se enquadravam dentro de um patamar político considerado muitas vezes radical. Os movimentos sociais eram definidos como um produto de uma ação histórica da sociedade, ante as contradições do sistema capitalista. Surgem de uma situação de inquietação social e “geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas” (CASTELLS, 2017, p. 161).

Esta leitura sobre os movimentos sociais, com características marxistas-estruturalistas foi se tornando limitada à medida que passaram a proliferar diversas

questões que não só abordavam causas econômicas e conflitos de classe, ganhando maior complexidade e alcance com o surgimento de organizações e coletivos que lutavam por temas mais diversos. A expressão "novos movimentos sociais" passou a designar vários movimentos, entre eles os movimentos pacifistas, das mulheres, ambientalistas, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis e outros. Tais movimentos, a maioria de base urbana, estavam bastante afastados do caráter classista dos movimentos sindical e camponês, atuando, não raras vezes, em cooperação com o sistema econômico e no escopo político das instituições vigentes (MACHADO, 2007).

Agora, os movimentos ganham destaque por reconhecimento identitários e culturais, ao lado de movimentos sociais globais (GOHN, 2007).

Gohn (2010) considera que os movimentos em rede têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade, apresentando demandas construídas em torno de práticas de pressão/mobilização. Esses movimentos “[...] não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão), pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência” (GOHN, 2010, p. 16).

Gohn (2007, p. 31) cita que “os movimentos sociais seriam o resultado de mudanças que operariam num âmbito individual, e no plano psicológico”. O processo de insatisfação desencadeado por emoções individuais, se cristalizam e se transformam em ação.

Contudo, definir o que são movimentos sociais não é uma tarefa fácil, pois como enfatiza Gohn (2007, p. 12) “os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais”. São considerados inovadores por criticarem as formas de organização da sociedade política e que estabelecem uma nova ordem de vida.

Para Gohn (2009), os movimentos sociais podem ser identificados em três frentes de ações: 1) os movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; 2) os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural, que demandam acesso e condições de moradia, terra, alimentação, educação, saúde etc.; 3) os movimentos globais que são lutas que atuam em rede sociopolíticas e culturais, via fóruns, conselhos, e que

também são articuladores de movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais (GOHN, 2009, p. 03). Esta última se constitui como a grande novidade deste novo milênio.

Nesse sentido, a expressão “ação coletiva” se refere a manifestações sociopolíticas, econômicas e culturais, que abrangem questões relacionadas à identidade, a práticas comunicativas diversas ou a projetos, como Gohn (2000) conceitua:

“Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um espaço político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo” (GOHN, 2000, p. 13).

Alguns movimentos se integram em redes mais amplas, aliando-se, por exemplo, as lutas por melhores condições de vida e trabalho local, com questões e lutas em grandes escalas e, também, a partir das aproximações entre movimentos identitários com os que tratam das questões de reprodução social.

Em contrapartida, Souza (2006) traz uma importante discussão sobre a distinção entre os movimentos sociais de outras ações coletivas, tais como os ativismos sociais, como um subconjunto, onde “seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social” (SOUZA, 2006, p. 278) sem articulações e questionamentos mais aprofundados, desconectados de situações da conjuntura nacional e internacional, sem tematização do problema.

“Os ativismos sociais são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um subconjunto. Os ativismos, como ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras, saques e outras; e, como ações públicas, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies em sentido restrito, que tendem a atuar nos “corredores do poder estatal”, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre

outras atividades que não propriamente públicas (SOUZA 2006, p. 278)".

Para Souza (2016), as conjunturas no Brasil impactam na articulação de ações coletivas. Em seu trabalho disserta que de 1970 até metade dos anos de 1980 ascende os chamados "novos movimentos". No Brasil, a "abertura política" proporciona a eclosão de protestos, o que impacta em uma (re) constituição da mobilização social de favelas e periferias de bairros de classe média. A partir da segunda metade dos anos de 1980 o sentimento de crise se instalou e os pesquisadores universitários se desinteressam pelo tema dos ativismos. Focam na análise de políticas públicas e dos canais participativos estatais, trocando a reflexão sobre as práticas sociais pelo exame dos formatos organizativos. E nos anos 1990 em diante o sentimento de crise é substituído pelo "estado de coma", pois:

As organizações dos ativismos, quando não definham, entram em colapso e retrocedem a uma espécie de miserável "vida vegetativa" (...), começando a tentar mimetizar o "formato ONG" (...) ou a escorar-se em articulações com o Estado e em canais participativos oficiais para tentar sobreviver. O que se segue é uma grande onda de cooptação: a perspectiva de "ser governo" ou de participar de uma parceria com o Estado no âmbito de institucionalidades como conselhos gestores e orçamentos participativos acaba colaborando para o "desarmamento" e a domesticação de muitas organizações de ativismos. Ao mesmo tempo em que, na cena tradicional do ativismo de bairro, se notam um desencanto e uma fadiga, misturados com um otimismo em face da emergência de novas institucionalidade participativas formais (...), "novas radicalidades" emergem. Atores sociais procuram, congregados em torno de barricadas como o enfrentamento da segregação, do racismo e da escassez de moradias, exercer um protagonismo: sobressaem, aí, o hip-hop e o movimento dos sem-teto, que se expandem desde os anos 90 no Brasil. Eles fazem os "novos ativismos" dos anos 70 e 80 parecerem, então, um tanto "velhos" (SOUZA, 2006, p. 282).

Os movimentos sociais, enquanto agrupamentos de atores militantes, não apenas realizam ações coletivas, mas têm causas bem definidas e uma práxis (ação e teoria) coletiva, mais organizada e mais longa no tempo. Os grupos de ativistas realizam ações políticas relacionadas a situações e conflitos específicos.

Uma outra distinção de suma importância é o ativismo urbano, que tem o foco no direito à cidade: luta por melhores condições de vida, acesso à terra, moradia e

serviços públicos, principalmente mais convidativos e menos desigual (SOUZA, 2006). Na visão do autor, os ativismos urbanos utilizam a cidade como palco das discussões onde transitam de forma “setorial”, com questionamentos de melhores condições de trabalho, luta com desigualdades de gêneros.

São inúmeros grupos de ativismos que atuam movimentando as mais distintas formas de ação cotidiana que compõem um mosaico de lutas que vai desde processos de formação, manifestação de rua, ação cultural, ciberativismo, ocupação (terrenos, praças, prédios, vazios etc.), passando pelas denúncias públicas, economia popular e participação em conselhos. Do mesmo modo, esses grupos de ativismos se identificam e se reconhecem como parte de diversos espaços políticos de atuação.

Souza (2006) ainda classifica os ativismos urbanos em quatro categorias: 1) “Mero” ativismo urbano em sentido fraco, no caso, um sindicato operário, sem compromisso com uma crítica social mais aprofundada; 2) “Mero” ativismo urbano em sentido forte, como exemplo, uma associação de moradores, refém do clientelismo; 3) Movimento social urbano em sentido fraco (por exemplo, um movimento organizado em torno da resistência contra a globalização capitalista); 4) Movimento social urbano em sentido forte, quando agrega diferentes questões com alta amplitude da problemática que envolvem o espaço urbano e a população que tem vínculos com o espaço (SOUZA, 2006, p. 281).

E para pensar nessa complexidade, ainda tem ativismo *stricto sensu* (direta pela espacialidade urbana) x *lato sensu* (espacialidade urbana), ativismo com pautas de ações imediatas que se relaciona diretamente a espacialidade da cidade, como o grupo de ativistas João Pessoa que Queremos, que discute a questão da mobilidade urbana e tem ativistas feministas que discutem temas que circundam a questão do gênero da mulher, que não necessariamente pensam na infraestrutura da cidade, mas é um debate muito mais de gênero, de direito de estar na cidade, ou seja, um tem contato direto com a espacialidade urbana e o outro não.

Os grupos de ativismos organizados em rede possuem identidades múltiplas e uma plurimilitância, ou seja, participam de diversos movimentos ao mesmo tempo - a exemplo Instituto Soma Brasil, Amigos da Barreira, BR Cidades, Bike Anjo, Cidade Bike, Engenheiros sem Fronteiras, Instituto Eccus, Mobcidades, ASDEF, Labrua,

Trama, Engaja Mundo, Instituto Eccus, Tteto, Levante, Crochê de Rua, Minha Jampa, JPqQ, entre outros.

O mesmo ocorre com os movimentos sociais, exemplo MST, MTST. Um tem pauta habitacional e outro a questão latifundiária, que são movimentos que se complementam. A estrutura organizacional do MTST vem do MST, mas se diferenciam pela agenda e questão de estratégias. O MST precisa da cidade para ter a visibilidade, para colocar em pauta suas reivindicações.

Entende-se que há uma predominância nessas formulações, o significado de movimento como protesto público e participação não institucionalizada. Para alguns, os movimentos sociais são de extrema importância no desenvolvimento das sociedades. Em verdade, tais movimentos, em decorrência de suas dinâmicas e especificidades, além de abrirem novas possibilidades de transformações das relações sociais a cada contexto espaço-temporal, requerem, continuamente, novas abordagens para a compreensão de suas concepções, configurações e processos.

Souza (2006) já evidencia um raciocínio mais incisivo sobre o que pode ser considerado ativismo, ação coletiva e movimentos sociais:

Os ativismos sociais são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um subconjunto. Os ativismos, como ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras, saques e outras; e, como ações públicas, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies em sentido restrito, que tendem a atuar nos “corredores do poder estatal”, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não propriamente públicas. Os movimentos sociais, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismo paroquiais. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articulá-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas, que não chegam a tematizar (SOUZA 2006, p. 278)."

Para Souza (2006, 2013) os movimentos sociais fazem parte de um conjunto mais amplo referente aos ativismos sociais, que se mostra conveniente reservar a expressão movimento social para designar ativismo crítico em relação ao status quo.

O autor faz essa ressalva pois não entende, qualquer ação coletiva como movimento social, embora que para o desenvolvimento de seu trabalho seja necessário delimitar o que cada dimensão representa.

Assim, a ideia de movimentos sociais se configuram como uma forma de organização e articulação baseada em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de orientar as formas de atuação social. Tais iniciativas de ações coletivas possuem a necessidade de mudar a ordem social existente e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais, como também, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas.

2.2 O PROCESSO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E URBANOS NO BRASIL

A expansão das cidades brasileiras deu-se de forma espalhada como bem ressaltou Milton Santos já nos anos 80 do século XX. De acordo com Maia (2010), esse espalhamento por sua vez configurou um tipo de cidade que se caracteriza pela periferização, fragmentação e dispersão. São constantes os grandes vazios urbanos encontrados entre a malha urbana e as novas ocupações (MAIA, 2010).

O período de rápido crescimento das cidades médias gerou sérias consequências, entre estas se destacam a precariedade da habitação e uma forte tendência à periferização. A partir de década de 1970 essas cidades recebem um forte contingente migratório principalmente em função da concentração fundiária no campo. Estes migrantes ao chegarem nas cidades e não encontrarem habitação acessível passam a ocupar as áreas de domínio público, particularmente aquelas que não estavam sob o comando do mercado imobiliário, produzindo as denominadas favelas. Por conseguinte, dá-se início a uma urbanização cada vez mais periférica, ou como já mencionado anteriormente, as cidades espalhadas (MAIA, 2010).

Nos anos 80, surgem novas lutas de acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre

as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos de desempregados; movimentos pela saúde (GOHN, 1997).

No Brasil, no final dos anos 1970 e a década de 1980 o país vivia uma intensa agitação da sociedade, configurando um contexto de intensos debates acerca do futuro do país, que clamava o fim da ditadura. Pressões por eleições resultou no movimento de “Diretas Já”, a promoção do processo de redemocratização do país e a conquista da participação da sociedade civil na escolha de seus governantes.

Gohn cita que:

Ainda nos primeiros anos da década de 80, no plano da realidade brasileira, novos tipos de movimentos foram criados, fruto da conjuntura político-econômica da época. Foram movimentos que se diferenciavam tanto dos movimentos sociais clássicos - dos quais o movimento operário é sempre tido como exemplar - como também dos "novos" movimentos sociais surgidos nos anos 70, populares e não populares. Foram os movimentos dos desempregados e das Diretas Já, que se definiam no campo da ausência do trabalho e na luta pela mudança do regime político brasileiro. Questões complexas que surgirão ao final dos anos 80, relativas ao plano da moral, da ética na política etc., estiveram presentes embrionariamente naqueles movimentos. Sua importância é dada pelo papel que desempenharam na política brasileira. O das Diretas Já, por exemplo, surgiu no momento de pico de um ciclo de protestos, contra o regime militar e a política excludente de desemprego, e demarcou o início de um novo ciclo de protestos, então centrado na questão da Constituinte (GOHN, 1997, p. 280).

As grandes mobilizações ocorridas na sociedade brasileira no decorrer dos anos 1980 também foram de suma importância para que houvesse uma correlação de forças favorável, de modo a possibilitar a criação de mecanismos voltados para a ampliação da participação da população nas decisões, combinando democracia representativa com instrumentos de democracia participativa (DAGNINO, 2004).

No Brasil, nos anos 90, o cenário dos movimentos sociais passa a destacar com problemas de violência, da exclusão social ou com novas práticas civis (GOHN, 1997).

De acordo com Gohn,

Os anos 90 destacamos que o cenário dos movimentos sociais se altera no Brasil nesta década e com ele o quadro de pesquisadores. Entre estes últimos, alguns passam a se preocupar com os problemas da violência, da exclusão social ou com novas práticas civis e deixam

a temática dos movimentos de lado. A centralidade da maioria dos estudos passa a ser as redes de ONGs e os mecanismos institucionais da democracia participativa. ONGs que funcionavam basicamente como núcleos de pesquisas, como o Instituto Pólis de São Paulo, reestruturaram-se em direção a uma organização de assessoria direta e fazem de seus trabalhos uma fonte de publicação própria. Muitos pesquisadores dos movimentos sociais engajam-se neste novo tipo de atividade nas ONGs, trabalhando em projetos atendendo demandas específicas (GOHN, 1997, p. 280).

O desejo de mudança nas questões urbanas das cidades brasileiras passa a ser o alvo dos grandes manifestos que contam com a participação popular em todo o país. Grupos heterogêneos, formados por uma série de organizações como a Associação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), a Federação de Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), o Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE) entre outras, assumem o compromisso de elaborar uma emenda popular a ser incorporada na Constituição Federal (MORAES apud CARDOSO, 1997, p. 88).

O objetivo era mudar o perfil excludente das cidades brasileiras, a fim de minimizar os impactos gerados pela segregação espacial, a mercantilização do solo urbano e da valorização imobiliária, como também a apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, transportes públicos, equipamentos urbanos e serviços públicos em geral. De acordo com Moares (2019):

“o debate promovido por essa articulação partiu de uma visão política da questão urbana, propondo a Reforma Urbana como uma plataforma de concepção universalista, redistributiva e democrática para o desenvolvimento urbano, com instrumentos urbanísticos e jurídicos para a regulação, planejamento e gestão das cidades brasileiras, redundando na proposta Emenda Popular à Constituinte da Reforma Urbana” (MORAES, 2019, p. 105).

O movimento pela Reforma Urbana foi, gradativamente, sendo fortalecida com o ingresso de outras organizações e se consolidou como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), posteriormente denominado Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU). Também é importante ressaltar que o movimento pela Reforma Urbana conquistou importantes marcos institucionais, como:

a) um conjunto de leis que, a partir da Constituição Federal de 1988, aporta instrumentos jurídicos voltados para a justiça urbana, sendo o Estatuto da cidade (Lei federal n.10.257/2001), b) um conjunto de entidades, como o Ministério das Cidades(2003) e as secretarias nacionais de habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental, que retomavam a política urbana agora de forma democrática; e c) a consolidação de espaços dirigidos à participação direta das lideranças sindicais, profissionais acadêmicos e populares como as Conferências Nacionais (2003, 2005,2007) e Conselho Nacional das Cidades (2004) (MARICATO, 2015, p. 35).

Como afirma Maricato: “exatamente durante a implementação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano municipal e crescimento da produção acadêmica sobre o assunto que as grandes cidades brasileiras mais cresceram (...) fora da lei.” Na avaliação de ROLNIK16: “(...) consolidou-se no país uma visão de que o lócus de formulação de uma política urbana, especialmente em sua dimensão territorial, é a esfera técnica do planejamento urbano, implantada enquanto setor da administração pública, sobretudo a partir dos anos 60 e inícios dos 70. Esta crença nos milagres do planejamento – apesar de 20 anos de frustrações – é ainda forte o suficiente nos meios políticos e técnicos, para ter reaparecido no processo constituinte de 1988.”

É importante ressaltar que a Reforma Urbana não se tornou um movimento popular de massas, e por consequência, se distanciou das bases e ficou mais restrito ao campo institucional. Maricato (2013) aponta que “os movimentos sociais ligados à causa se acomodaram no espaço institucional onde muitas das lideranças foram alocadas” (MARICATO, 2013, p. 23)

A Constituição de 1988, a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e a criação do Ministério das Cidades (2003) foram marcos desse processo, regido por uma política de conciliação, na qual se buscou enfrentar a histórica desigualdade da sociedade brasileira sem bater de frente com as elites econômicas, acreditando-se que elas poderiam apostar na modernização das relações de propriedade e na garantia de direitos sociais como estratégia de um novo projeto de desenvolvimento nacional (BONDUKI, 2018, p. 82).

Após a Constituinte, forma-se o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), com o objetivo imediato de pressionar o Congresso Nacional para regulamentar o capítulo da política urbana, da Constituição Federal de 1988. O FNRU foi decisivo para

a incorporação da plataforma da reforma urbana e da cultura do direito à cidade no campo das políticas urbanas e habitacionais locais. Dentre as contribuições do FNRU está a incidência pelo reconhecimento institucional internacional do direito à cidade, a partir dos eventos da ONU e de articulações em fóruns internacionais, como o Fórum Social Mundial.

A sociedade passa a ser mais participativa nos debates e formulações da legislação e das políticas públicas, contribuindo para consolidar princípios como direitos sociais, respeito à diversidade e a cidadania, controle social e a garantia de atendimento universal as necessidades básicas da população (BONDUKI, 2018, p. 81).

O Brasil avança em direção à democracia, à estabilidade econômica e aos conceitos básicos de cidadania, embora muitas conquistas se limitassem às dimensões legais e institucionais, sem garantir ganhos efetivos, como no caso do direito à habitação. Nesse período também se pactuou e se institucionalizou uma nova estratégia de enfrentamento da questão urbana.

Por volta dos anos 1990, os avanços do ideário neoliberal no Brasil impactaram no desenvolvimento urbano, com adoção de medidas que estimularam o crescimento econômico e propagaram a necessidade de redução do Estado na área social. A reestruturação produtiva acompanhada de um modelo de Estado que desregulamentou as leis trabalhistas, estimulou as privatizações e impulsionou a liberação comercial, atingindo significativamente nas organizações e movimentos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a discussão sobre o direito à cidade traz à luz um caráter político, onde a gestão democrática e participativa das cidades passa a ser a virada de chave da reforma urbana. Uma gama variada de movimentos sociais e entidades da sociedade civil, de caráter plural e multifacetado aderem na luta pela construção de novos paradigmas nas políticas urbanas e habitacionais, baseada em princípios como função social da propriedade urbana, direito à terra e a habitação digna, universalização do saneamento básico, prioridade para transporte público de qualidade e gestão democrática da cidade (BONDUKI, 2018, p. 82).

Lutas por moradia, pela posse de terra, ganham maior proporção nos anos oitenta (séc. XX), e em São Paulo, o movimento de favelados se desmembra e dá origem a diversos atores na área de habitação: “Movimento de Defesa dos Favelados;

Movimento Unificado de Favelas; Movimento do Conselho Coordenador das Favelas; e Movimento Comunitário de Favelas” (GOHN, 1991, p. 63).

Figura 2 - Lideranças reunidas na Praça da Sé em São Paulo



Fonte: Acervo MDF (2019)

Figura 3 - MDF durante ato público em defesa ao direito de moradia nos anos 80



Fonte: Acervo MDF (2019)

Tais correntes se manifestam em vários estados e se ramificaram com outras organizações: associações de moradores, movimentos de moradia e federações de

associações de bairros e favelas. Nesse momento, as demandas presentes nas pautas eram fragmentadas e dispersas. Só mais tarde, nos anos noventa, as ações começam a convergir para as lógicas das demandas sociais através de pontos de articulação, com referência ao discurso da reforma urbana (OLIVEIRA, 2010).

Vale destacar que a atuação do Fórum Nacional de Reforma Urbana foi de suma importância para articulação de vários movimentos, como uma coalização de organizações sociais que se uniram em torno da agenda da reforma urbana e pelo direito à cidade, destacando sua importância no contexto dos processos participativos de gestão das políticas públicas no Brasil.

Dentre os movimentos que se integraram ao FNRU, destacam-se alguns movimentos sociais populares que têm o direito à moradia como causa principal: a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a CMP (Central de Movimentos Populares) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

A Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) foi fundada no dia 17 de janeiro de 1982. Congrega mais de 550 entidades municipais e 22 federações estaduais, marcando presença em 23 estados da Federação e no Distrito Federal.

Já o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) é um movimento social brasileiro que foi criado em julho de 1990, no primeiro Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 14 estados. Nasceu com apoio da Igreja Católica e da ONG católica Cáritas e tem laços com ex-integrantes dos Movimentos Eclesiais de Base.

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) iniciou sua articulação em 1989, a partir da coleta de assinaturas para PL do CNMP (Lei 11.124/05). Sua consolidação se deu em 1993, no primeiro Encontro Nacional por Moradia Popular. Tem por objetivo lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão. Está presente em 16 Estados brasileiros.

A CMP (Central de Movimentos Populares) é uma entidade que congrega diversos movimentos populares. Foi fundada no I Congresso Nacional de Movimentos

Populares, de 1993. O compromisso é fortalecer a luta específica de cada movimento filiado. Participa de diversas articulações, entre elas o FNRU.

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é um movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente. Fundado em Pernambuco e Minas Gerais em 1999. Está presente em 11 estados brasileiros e é filiado CMP e integra o FNRU.

Além desses, um dos grandes movimentos de caráter social, político e popular que advoga pelos direitos à moradia, é o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), fundado em 1997(ver figura 06), que inicialmente teve como liderança o Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), trouxe uma ação mais direta em prol da falta de moradia mais adequada nas periferias dos centros urbanos e que apoia diversas manifestações e protestos até os tempos atuais.

Figura 4 - Movimento do MTST em um protesto para reivindicar moradias populares, no vão livre do MASP, Avenida Paulista



Fonte: Acervo MDF (2019)

De forma resumida, podemos observar que os movimentos sociais urbanos citados anteriormente, apontavam problemáticas relacionadas com a apropriação e uso do solo, distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos. Na pauta dos atores sociais urbanos (BORJA, 1975; CASTELLS, 1983), a temática da moradia popular torna-se recorrente direcionada ao Estado.

Ainda, as experiências e trajetórias dos movimentos sociais urbanos e a estratégia de mobilização coletiva, materializada nas ocupações, demonstravam a insatisfação da população em meio as disputas e interesses do mercado imobiliário.

Por conseguinte, é importante destacar que a presença dos movimentos sociais teve um papel significativo na construção da sociedade brasileira, configurando-se de diferentes formas conforme a conjuntura política dos diferentes períodos históricos.

A seguir, iremos tratar de como se deu os movimentos sociais no Brasil e suas repercussões no campo urbanístico.



«O COLETIVO MUDA A
CIDADE»
[João Pessoa que Queremos]



3 DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À REDES DE ATIVISMOS

Ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida, induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. Mas movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou da insatisfação política; podem estar relacionados a motivações emocionais desencadeadas por insatisfações e injustiças que afetam as pessoas.

Entre vários movimentos sociais que marcaram a história mundial, alguns se tornaram referência, como a Comuna de Paris (1871), que representa um dos marcos para a história do movimento dos trabalhadores promovendo a instalação de um governo socialista na cidade de Paris após a derrota francesa na guerra franco prussiana. É considerado o primeiro governo democrático e popular, influenciado pelos ideais anarquistas e marxistas e tendo por base o ideal socialista.

Os eventos de “maio de 68”, liderados por um grupo de jovens estudantes, foi um movimento que teve início em março de 1968 em uma universidade em Paris, exigindo reformas no sistema educacional francês (IGNACIO, 2019). Não obstante, as reivindicações se espalharam aos arredores do mundo com motivações variadas e questionamentos sobre as estruturas sociais em que viviam, dentre as quais, a democratização, defesa das liberdades individuais ou coletivas e a denúncia contra as guerras.

Com o fim da guerra fria e o surgimento da simbiose entre democracia ocidental e capitalismo, os movimentos sociais passaram gradualmente a ser considerados atores sociais importantes para a promoção dos direitos civis e da cidade. Com a dissipação das brumas do conflito ideológico, as iniciativas da sociedade civil incorporadas na ação dos movimentos sociais, mesmo que originadas “fora” do escopo político do Estado – e de seus mecanismos controles – ao invés de serem vistas como subversivas, revolucionárias ou marginais, passaram a ser entendidas como manifestações próprias, típicas e até mesmo sadias de um ambiente político e social plural (MACHADO, 2007, p. 253).

Figura 5 - Comuna de Paris

Fonte: Gazeta do povo (2018)

Figura 6 - Eventos de 68

Fonte: Gazeta do povo (2018)

A partir de políticas de parceria entre o governo e as demandas dos coletivos sociais, os movimentos sociais passam a ter legitimidade em suas ações reivindicatórias e o Estado incorpora nas legislações nacionais, através de arranjos institucionais e políticos, a ação social de organizações originadas da sociedade civil (MACHADO, 2007, p. 255).

Alguns questionamentos sobre as repercussões de novos processos e modos de organização e luta dos agentes sociais mobilizados pelo direito à cidade e o papel

histórico do proletariado como líder das transformações urbanas (PURCELL, 2002) começam a aparecer de forma gradual e sucessiva.

Nos últimos anos, o acesso às novas tecnologias de comunicação ampliou a capacidade de compartilhar ideias e experiências individuais e coletivas em torno de interesses em um espaço muito curto de tempo. Essa nova forma de comunicação em ampla escala, que se baseia em redes dinâmicas autônomas (com o uso da internet e das redes sociais) mudou as formas de articulação e organização dos movimentos sociais.

Governantes, políticos de todos os partidos, imprensa e até cientistas sociais foram surpreendidos pelas manifestações em massa que mudaram a face e o cotidiano das cidades. Multidões se mobilizaram em todo o mundo, com pautas diversas e problemas postos pelos manifestantes, evocaram grandes momentos da história em que mudanças e rupturas pareciam inimagináveis.

A Primavera Árabe (2010-2012) é conhecida historicamente por ser a primeira em que, uma das principais ferramentas utilizadas para disseminar as ideias de consenso entre a população participante, defesa do movimento pela opinião pública internacional, alienação em relação ao Estado, foram as mídias digitais. Trata-se de um período de transformações históricas no âmbito da política mundial (TETHERED, 2016 apud BARTKOWIAK *et al*, 2017). As causas para o movimento foram semelhantes, porém os resultados desses movimentos assumiram singularidades em cada Estado.

Em seguida, em fevereiro de 2011, a Revolução Egípcia, também conhecida como Dias de Fúria (ver figura 7), se caracterizou por uma série de manifestações de rua, protestos e atos de desobediência civil que ocorreram, principalmente, pelo estímulo pela esperança inspirada pelas revoluções tunisianas, divulgadas por meio de imagens e mensagens transmitidas pela internet e pelas redes árabes de televisão por satélite (CASTELLS, 2013).

Figura 7 - Revolução Egípcia



Fonte: Wikipedia (2011)

Tal como ocorreu na Tunísia e no Egito em 2009-2011, a maioria dos movimentos árabes começou com organização, debate e convocação à rebelião pela internet, se estendendo e se configurando no espaço urbano (CASTELLS, 2013).

Além desses, dois grandes movimentos enalteciram o sentimento de esquecimento das demandas sociais: os Indignados da Espanha, em maio de 2011 e o Movimento Occupy Wall Street (OWS) em setembro de 2011, nos Estados Unidos

(ver figura 8). Os dois movimentos aparecem no cenário de oposição à política financeira do capitalismo e da forte influência exercida pelo capital sobre o Estado.

Figura 8 - Movimento Occupy Wall Street, Estados Unidos



Fonte: Wikipedia (2011)

Outro marco importante foi a revolta dos protestos na Tunísia, em dezembro de 2011, que começou após a publicação de um vídeo pela internet, do suicídio de um vendedor ambulante, Mohamed Bouazizi, um jovem vendedor ambulante que protestava contra o regime autoritário do presidente Zine El Abidine Ben Ali, o que levou a queda do primeiro líder de um país árabe por conta de uma pressão popular.

Em poucos dias, começaram a ocorrer demonstrações espontâneas por todo o país, proliferadas pela conexão entre comunicação livre pelo Facebook, Youtube e Twitter e a ocupação do espaço urbano, criando um espaço de liberdade, tornando-se uma das principais características da rebelião tunisiana, que reverberou os movimentos que surgiram em outros países (CASTELLS, 2013).

Observa-se que ambos os movimentos apontaram suas críticas à democracia representativa¹ e buscaram propor uma nova forma de se fazer política, procurando construir meios de participação de acesso aberto. Esse tipo de demanda fica evidente nos próprios slogans utilizados pelos movimentos. Os Indignados ficaram marcados pelo slogan “Democracia real ya”, enquanto o Occupy divulgava a expressão “democratizar a democracia”. Em última instância, podemos afirmar que ambos os movimentos se estruturaram de forma a se tornarem um laboratório para suas visões de democracia participativa².

Segundo Gohn (2014), esses eventos internacionais como a “Primavera Árabe” e o “Occupy Wall Street”, foram revoltas populares, devido à insatisfação popular com a política, conflitos religiosos, repressão, crise econômica, entre outros. Buscavam organizar-se em assembleias e deliberar em espaços públicos, satisfazendo-se sua carência de participação. Tanto no Occupy como nos Indignados não havia a presença de lideranças unificadas e as decisões mais importantes dos movimentos eram tomadas através da busca de consenso comum.

A rápida difusão dos movimentos foi reflexo de sua propagação pela internet, e, ao mesmo tempo, de forma existencial, a ocupação nos espaços públicos, formando uma comunidade e utilizando-o como um espaço de convivência, de debates, em suma, um espaço de autonomia.

Porém, ao mesmo tempo, a ocupação dos espaços urbanos criou uma espécie de comunidade provisória surgida no protesto, onde nas grandes ocupações, como por exemplo, a de Nova York, Los Angeles ou Oakland, montavam-se barracas, sanitários, cozinhas, creches, espaços lúdicos para crianças, jardins comunitários,

¹ É uma forma de exercício do poder político em que o povo de um país elege os seus representantes, através do voto nas eleições. Os candidatos eleitos são legitimados como representantes do povo

² Como uma alternativa para a crise que se encontra em alguns exemplos de democracia representativa, onde os representantes eleitos pelo povo não conseguem abranger todas as necessidades da população, nasceu o conceito da democracia participativa ou democracia semidireta.

entre outros serviços administrativos. (CASTELLS, 2013). O espaço de autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede, um espaço híbrido em rede que liga o ciberespaço ao espaço urbano por intermédio de múltiplas formas de comunicação.

De acordo com Castells (2013),

“Embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet. Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos” (CASTELLS, 2013, p. 164).

Contudo, há um padrão emergente (Castells, 2013) no modelo dos movimentos sociais na era da internet: são conectados em rede de múltiplas formas. Castells menciona que a forma de se conectar é multimodal,

“Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral” (CASTELLS, 2013, p. 164)

O que se observa é que não há um núcleo identificável, de modo que não há uma liderança formal, de um centro de comando ou de controle, nem de uma organização vertical que transmita informações ou instruções. Essas condições alteram a visão clássica dos movimentos sociais, como algo organizado, planejado e com alguma hierarquia. Esse tipo de estrutura descentralizada aumenta a possibilidade de engajamento da população em geral e diminui a vulnerabilidade do movimento à ameaça de repressão.

Considerando que o movimento se direciona para o espaço apropriado através de ações impressas em um espaço físico e existencial de uma cidade, o movimento no [urbano] cria uma comunidade instantânea de prática [emergente] no espaço dos lugares e que se ramificam com outras [redes] (CASTELLS, 2013). E essa participação direta da população foi fortalecida com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, em especial da segunda geração da Web, que impulsionou a formação de espaços virtuais propícios para o debate e para a organização da sociedade em

prol de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais; possibilitando o que segundo Carvalho (2015) cita, a organização e divulgação de suas bandeiras por meio das redes digitais, como o Movimento Passe Livre e as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil; movimentos estes que são objeto de discussão do próximo tópico.

3.1 EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONECTADOS EM REDE

Podemos dizer que as ações coletivas nos anos 70 e 80, no Brasil, foram impulsionadas pelos anseios de redemocratização do país, pela crença no poder quase que mágico da participação popular, pelo desejo de democratização dos órgãos, das coisas e das causas públicas, pela vontade de se construir algo a partir das ações que envolviam os interesses imediatos dos indivíduos e grupos (GOHN, 2001).

Os movimentos sociais, populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações. Nasceram, com isso, os movimentos conectados em rede, cuja base de atuação era mais aberta e plural, e caminhava em direção a esse desejo de uma sociedade diferente.

O acesso ao transporte coletivo foi o ponto nodal das diversas manifestações ocorridas no Brasil, que lutavam para reapropriar o espaço urbano, ganhando força após a reformulação do Projeto Tarifa Zero, formulado pela prefeitura de São Paulo no início da década de 1990. A partir disso, o transporte passou a ser considerado como direito, fundamental para a efetivação de outros direitos, como Lefebvre cita “o direito `instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação” (LEFEBVRE, 2010, p. 116).

Contudo, as revoltas de junho de 2013, desencadeadas pela luta organizada pelo MPL-SP contra o aumento das tarifas, não foi algo inteiramente inovador. Alguns eventos contextualizaram e explicaram a necessidade da existência desse movimento. Um exemplo disso foi a Revolta do Buzu (2003) na cidade de Salvador, Revolta das Catracas (2004), plenária onde MPL tem seu início registrado (2005), Revolta de Vitória(2006), Revolta de Teresina(2011), Revolta de Aracaju e Natal(2012), Revolta de

Porto Alegre e Goiânia (início de 2013) e as mobilizações populares por todo o Brasil (2013).

A revolta contra o aumento de tarifas no transporte público, desencadeou uma série de manifestos que contavam com a participação de entidades estudantis em parceria com grupos partidários que se colocaram como lideranças e passaram a negociar com o poder público em nome dos manifestantes (MPL – São Paulo, 2013). Essa experiência ganhou destaque e começou a ser utilizada em várias cidades por comitês pelo passe livre estudantil, ampliando o discurso sobre a questão do transporte e, conseqüentemente, da mobilidade urbana.

A tomada direta e descentralizada das ruas, a radicalidade das ações e a centralidade dos aumentos tarifários deram as Jornadas de Junho de 2013 uma perspectiva no processo de lutas ocorridas nesse período, onde o teor explosivo das mobilizações não só apontava para as contradições que o produziam, mas também na maneira como se organizava o sistema de transporte coletivo no Brasil.

Mantendo como regra formar um movimento autônomo e horizontal (sem hierarquia), o movimento utiliza de alguns princípios como: frente única, não ser partidário, lutar pela defesa de liberdade de manifestação e movimento, participar de espaços que permitam articulação entre outros movimentos, usar a via parlamentar, mas não depender dela, entre outros (GOHN, 2014). Sua forma de comunicação utiliza panfletagem, divulgação via aplicativo de comunicação como email, SMS e Whatsapp, e redes sociais como blog e Facebook.

Essa forma de comunicação livre e aberta, mantendo documentos e atividades com livre acesso, facilita a interação desse movimento com pessoas de outros movimentos, tornando possível unir forças e objetivos. Como diria Castells (2013, p. 26), essa forma de associação que ocorre através de redes, é nova forma para reconstruir a autonomia, permitindo a interação entre localidades utilizando de meios como a internet “fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana”.

O processo de luta do MPL em um determinado momento histórico coincide com um momento onde as pessoas pediam por questões também relacionadas à administração pública, como saúde, segurança, educação, etc.

Assim, as manifestações de junho de 2013, apoiado pelo Movimento Passe Livre (ver figura 9) refletem uma questão transversal a diversas pautas urbanas, ampliando o trabalho do MPL para além das escolas, adentrando em bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais – de moradia, cultural, de saúde, entre outros (MPL – São Paulo, 2013).

Indignados com o aumento do preço dos transportes, milhares de pessoas tomaram as ruas de várias cidades no Brasil para protestar não só acerca das tarifas e da gestão do transporte, mas também por um desejo de mais democracia e de investimentos públicos. Castells ressalta a mobilidade como um direito universal, e a imobilidade estrutural das metrópoles brasileiras é “resultado de um modelo caótico de crescimento urbano produzido pela especulação imobiliária” (CASTELLS, 2003, p. 182).

O processo de luta do MPL em um determinado momento histórico coincide com um momento onde as pessoas clamavam por questões também relacionadas à administração pública, como saúde, segurança, educação, etc. Isso tornou possível e viável um associativismo com outros movimentos sociais, o que ocorreu por meio do que conhecemos como “redes de mobilização civil” que, segundo Gohn (2014), foi o diferencial na jornada de junho de 2013, a sequência de protestos que contaram com a maior participação de massa organizada pelo MPL.

Logo em seguida vieram as manifestações na capital paulista conhecidas como Jornadas de Junho, que foram desencadeadas pelo reajuste da tarifa do transporte público de três reais para três reais e vinte centavos no final de maio. Sete atos contra o aumento foram convocados pelo MPL na cidade de São Paulo, porém estima-se que 1,5 milhão de pessoas em mais de 120 cidades no Brasil saíram às ruas como resultado destas manifestações.

Figura 9 - Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, Brasil



Fonte: EL PAIS (2016)

Em 19 de junho, após os seis atos de protestos convocados pelo MPL, com depredações e confrontos entre policiais e manifestantes, o aumento da passagem é revogado e o Movimento Passe Livre anuncia, em 21 de junho, que não convocaria mais manifestações (Gohn, 2014). Durante o processo de luta, outros movimentos se uniram aos atos de protesto, incluindo os Black Blocs, os anônimos e os militantes de partidos políticos (apesar de não levantar bandeira de partidos, mas lutar por um objetivo em comum). Após os atos, foi proposto um plebiscito para reforma política,

mas foi retirado após algum tempo. Após o MPL se retirar das manifestações, outros protestos aconteceram, como a do movimento MST (Movimento Sem Terra), passeata dos professores, entre outros, mas, nenhuma, com a quantidade de pessoas com o formato de uma organização diferenciada e centralizada.

Percebe-se que os modelos de desenvolvimento baseados em estruturas verticais e centralizadas, foram questionadas por esses movimentos citados anteriormente, que propuseram formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças nem comando de partidos e comitês centrais.

É possível observar que os movimentos sociais recentes se baseiam em redes dinâmicas autônomas que são disseminadas através da internet e das redes sociais. Esses movimentos surgiram de causas específicas de seus contextos, porém todos eles foram influenciados por um profundo sentimento de indignação, de uma sociedade injusta e de uma comunidade política não democrática. Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais e regionais para o debate coletivo e a tomada de decisões.

As ações do MPL foram apoiadas por muitas articulações. Havia uma rede de relacionamentos do MPL com outros movimentos nacionais e internacionais, que também viviam crises políticas. A influência do cenário internacional fica evidente, tanto durante o processo de luta, onde grupos de outros países atuam auxiliando na construção de táticas e estratégias utilizadas pelo MPL ao longo dos protestos na jornada de junho de 2013, quanto através do apoio de movimentos internacionais que lutam pelo mesmo objetivo como Non vi paghiamo, (Itália), o Planka. nu, (Suécia), Collectif Sans Ticket (Bélgica), Fare-Free New Zealand (Nova Zelândia). Além dos países em luta, existe como referência lugares onde a cidade está estruturada de forma que o transporte seja gratuito, como Changnin (China), Talinn (Estônia), Sidney (Austrália) e Baltimore (EUA), etc.

Deste modo, entendemos que o MPL foi um movimento social horizontal, que não apresenta um líder tomando decisões por todo o grupo, mas um conjunto de pessoas decidindo juntos quais as melhores escolhas, sem necessitar de hierarquia. Isso surge durante a luta por transporte coletivo de qualidade e sem catracas, e em

meio a este processo de luta se fortalece, definindo suas estratégias e atuação com base na situação política e econômica do Brasil e de outros países.

O MPL apresenta uma potente capacidade de conexão à rede de mobilização, tanto nacional quanto internacional, contando com o apoio desses quando convocou as manifestações que marcaram a história do País em 2013. Assim, é possível concluir que, os métodos por ele utilizados, como a ocupação de locais públicos, já foram utilizados antes e marcam características de outros movimentos. Porém, a forma que o MPL aborda e utiliza da manifestação é algo novo, marcando uma característica de organização das “novas manifestações e mobilizações populares”.

Diante dessa nova prática emergente, onde as formas de organização e articulação dos movimentos sociais são realizadas em rede, é que abordaremos a seguir, a dinâmica de ações coletivas estabelecidas em redes sociais virtuais, bem como refletir sobre sua utilização como espaço para formação e organização de grupos e ações coletivas.

3.2 OS MECANISMOS DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO EM REDE

É notável que a maioria das manifestações são compostas por jovens que iniciaram com a organização, debate e convocação através da internet, sem a presença de partidos, se estendendo e se configurando no espaço urbano (CASTELLS, 2013). Esses movimentos questionam a falta de emprego, renda e democracia representativa, ou de uma combinação desses elementos, onde os modelos de desenvolvimento e as formas de fazer política estão em questão.

Castells (2013) cita que “assim, as redes da internet forneceram um espaço de autonomia do qual os movimentos emergiram sob diferentes formas e com resultados diversificados, a depender de seu contexto social” (CASTELLS, 2013, p.86). Embora esses movimentos se iniciem em redes sociais da internet, eles só se tornam movimento ao ocupar o espaço urbano.

As transformações que aconteceram no mundo nas últimas décadas influenciaram as mudanças de focos nos movimentos sociais na América Latina. É notável que eles não se limitam à política, à religião ou as demandas socioeconômicas e trabalhistas. São movimentos que conquistaram maior visibilidade, principalmente

pelo caráter identitário e cultural e por direitos socioculturais, com agendas de demandas e formas de articulação globais.

O uso da internet e das redes sem fio como plataformas de comunicação digital foi a principal mudança no processo de comunicação de massa, de forma que uma mensagem que é processada de muitos para muitos, gera uma multiplicidade de receptores que se conectam de forma direcionada e auto selecionada. Assim, as redes de comunicação são instrumentos de forte construção de poder (CASTELLS, 2013).

O autor cita que “as redes de poder possuem uma capacidade de definir as regras e normas da sociedade mediante um sistema político que responde basicamente a seus interesses e valores” (CASTELLS, 2013, p.17). Os movimentos sociais exercem um contrapoder, através de um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional (o Estado), realizadas pelas redes sociais digitais que oferecem a possibilidade de deliberar e coordenar ações de forma livre.

A rede digital é o primeiro componente no processo de comunicação pelo qual os movimentos sociais se relacionam com a sociedade em geral. Mas para que se tornem visíveis nos lugares da vida social, estes se materializam e se apropriam dos espaços públicos. Geralmente ocupam espaços urbanos e prédios que apresentem forte simbolismo, com a intenção de afirmar o direito de uso público e de propriedades ociosas. Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos desafiam as normas burocráticas sobre o uso do espaço e criam comunidades com outros cidadãos que participam do movimento sem aderir a nenhum tipo de ideologia ou organização, possibilitando o relacionamento com a sociedade em geral (CASTELLS, 2013). O espaço público torna-se o nodal de encontro, onde o “nó vira nós e o nós, uma rede”.

Nas cidades brasileiras, houve uma série de mobilizações de grupos articulados que reivindicaram o direito à cidade. Os ativistas urbanos embora tenham as cidades não apenas como o palco de discussões, mas também como objeto de disputas e conflitos, “se referenciam apenas pela espacialidade urbana, girando em torno de problemas setoriais, como melhores condições de trabalho e resistência contra a opressão na esfera da produção, luta contra as desigualdades e injustiças de gênero, etc” (SOUZA, 2006, p. 281).

Entende-se por redes de ativismo o que define Castells (2013):

“Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral” (CASTELLS, 2013, p. 164).

As ferramentas de comunicação denominadas redes digitais possibilitaram aos grupos articulados a se organizarem em rede de forma rápida, mobilizando um maior número de pessoas em todo o mundo. Com a chegada do Facebook e o Twitter, o uso de redes ampliou a mobilização e adesão sociopolíticas a manifestações de conflitos sociais num sentido mais amplo, levando as ruas milhares de pessoas de todo país como o caso das manifestações dos grupos articulados em rede em João Pessoa-PB.

Esses movimentos possuem frentes de ações variadas, motivadas por opiniões próprias, que constroem diálogos sobre a democratização do conhecimento sobre os espaços públicos, moldando a mentalidade das pessoas para elas saibam que os espaços são delas. É importante destacar que esses movimentos se organizam de forma horizontal, sem bandeiras partidárias e a partir do momento que se materializam nos espaços públicos através das intervenções urbanas temporárias se encontram com outras redes num mesmo espaço, interagem com outras linguagens urbanas e geram as metarredes³ (CASTELLS, 2013).

Os movimentos da sociedade em rede se reconhecem como redes de ação e mobilização ou organizações em rede e apresentam como meta principal o controle social da gestão pública que se apoia no tripé da sustentabilidade, democracia e inclusão social. Trabalham várias pautas ligadas ao direito à cidade, cidadania, combate à corrupção, monitoramento de transparência, acesso à informação, mobilidade urbana.

Então o direito à cidade vem na esteira desse trabalho de monitoramento e controle social das políticas públicas. São processos participativos que se entrelaçam com o urbanismo, o planejamento urbano e a política urbana. Além disso, fortalecer as

³ Nos estudos sobre movimentos sociais, a abordagem de redes foi introduzida com o propósito de compreender e realizar práticas políticas articuladoras de ações localizadas, incluindo as conexões entre o local e o supranacional ou transnacional (Sherer-Warren, 1993). Na visão de Castells (2013) a internet funciona como uma rede de comunicação em massa, de maior alcance, como uma espécie de ponto de acesso para o qual todas as comunicações convergem. A partir disso, formam-se redes dentro de outras redes em um mesmo movimento, possibilitando a constituição de múltiplos núcleos, denominado pela autor de metarredes.

organizações locais e criar uma rede que trabalhe com temáticas sobre mobilidade urbana, direito à cidade, entre outros. A entrevistada ressalta:

“(...)porque uma vez que você faça isso para a mobilidade, cada organização pode usar para trabalhar em orçamentos temáticas conforme sua atuação. A gente trabalha de uma forma muito mais intensa com o monitoramento da transparência pública e do acesso à informação. Então a gente pode usar futuramente o orçamento temático para monitorar essas duas políticas e a política de participação social por exemplo, como equívoco que parte do orçamento está destinado pra isso e questionar, enfim, a ideia é fazer incidência não só na elaboração do orçamento, mas na execução desse orçamento, monitorar essa execução. E aí dentro do projeto na área de mobilidade” (Karine Gonçalves, gestora social).

Numa visão mais ampla, o direito à cidade aparece no sentido de transformar e projetar uma nova cidade, não só o uso, mas a gestão de todos os âmbitos da vida social, que coloca num momento difuso, de uma filosofia de construção de uma nova sociedade onde busca o direito à vida urbana transformada e renovada pela apropriação social da cidade (CARLOS, 2007). O entrevistado cita:

“O direito a cidade é uma alcunha que é dado de muitos estudiosos, como Harvey e Lefebvre que discutem muito o direito a cidade, mas entendo nada mais é do que a oportunidade das pessoas terem de ocupar o espaço público, de todas as formas, o espaço público seja como moradia, como trabalho, como ócio, seja com qualquer tipo de atividade, esse é o direito da cidade, é o direito de você usufruir daquele espaço sobre todos seus aspectos” (Pedro Rossi, arquiteto).

Para Harvey (2013), o direito à cidade “não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais” (HARVEY, 2013, p. 32). Nesse sentido, as primeiras redes de ação e mobilização da sociedade civil se organizam através de intervenções urbanas que trazem a discussão do conceito de cidade para as pessoas (GEHL, 2013).

Os movimentos se manifestam de diferentes formas e podem ser identificados pelos nomes de urbanismo de guerrilha, coletivos, articulação, urbanismo tático,

urbanismo insurgente, urbanismo pop-up, urbanismo “faça você mesmo” (do it yourself –DIY- urbanismo), que disputam recursos públicos, contribuindo para a apropriação destes pelos atores que fomentam a produção do espaço desigual e, também, para a diminuição de uma cultura por direitos.

Um segundo ponto no que se refere ao sujeito; ao contrário dos anos 1990 quando tínhamos em termos de organização e autodefinição, vinculava-se a ideia de associação, partido, sindicato, movimento e rede. Atualmente, o mapa é mais pluralizado e fragmentado. Há uma dificuldade em distinguir identidades relativamente fortes, pois todos participam de vários espaços e grupos e “essa tendência de pluramilitância⁴ forja identidades múltiplas” (BRINGEL, 2018, p. 26).

Além disso, há uma diversidade de pautas e coalizões que são formadas a partir do cruzamento entre as agendas que se apoiam umas nas outras, que tem em comum a indignação e algum perfil de insurgência sobre algum tipo de violação no cotidiano das cidades.

É importante destacar que a maioria dos grupos articulados se iniciaram com temáticas relacionadas a cultura, cidadania, desenvolvimento e projetos ligados a juventude, tendo a cidadania como tema transversal. A partir de 2011 e 2012 houve uma mudança de perfil de atuação e esses movimentos começaram a atuar com pautas de controle social da gestão pública, o direito à cidade, combate a corrupção, monitoramento da transparência pública e acesso à informação e educação da cidadania. Então, a partir dessa mudança, houve parcerias com diversas redes locais e nacionais que focavam com essas temáticas, tendo o direito à cidade na esteira desse trabalho de monitoramento de políticas públicas e combate à corrupção.

A partir dos anos 2012, houve um crescimento considerável do número de grupos articulados no Brasil e em especial, nas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, relacionados a pauta de transformação do espaço urbano; em especial, a questão da mobilidade urbana, espaços públicos e apresentação de projetos urbanísticos sem a participação da sociedade. Ocupações

⁴ Pluramilitância vem da expressão militância, que significa pessoa que defende uma causa, busca a transformação da sociedade através da ação política, social e estudantil. No caso, o plural de militância é definido pela pluralidade de identidades e causas que se expressam num mesmo movimento.

começaram a surgir influenciadas pelos protestos que ocorriam mundo afora, tais como os movimentos classificados como “ocupes”.

Cabe citar um dos movimentos percussores de Pernambuco, o movimento Ocupe Estelita que trouxe a discussão a opinião pública recifense e a agenda popular urbana, ao se colocar contra um megaprojeto imobiliário privado, em favor da construção de uma área de lazer pública. Esse conflito colocou em evidência ambivalências da defesa genérica do direito à cidade em curso de muitas pautas. De forma autônoma, descentralizada e horizontal, a luta pelo direito à cidade era organizada no local, edificando uma nova ideia de política urbana, em que a cidade é compreendida como espaço de convivência, descoberta e sociabilidade.

O Movimento #OcupeEstelita (MOE) se fortaleceu, ganhando apoio e incentivo de diversos atores, agregando diversos movimentos e ideais em torno de um bem coletivo. Protagonizado e liderado, inicialmente, pelo movimento Direitos Urbanos, a partir do ano de 2012, o Movimento Ocupe Estelita ganhou vida própria, estabelecendo-se como um organismo novo na política recifense, com grande influência das redes sociais.

Figura 10 - Movimento Ocupe Estelita, em Recife-PE



Fonte: Facebook (2018)

Em São Paulo, destacamos o coletivo A Batata Precisa de Você, que a partir de 2014, passou a ocupar o espaço do Largo da Batata⁵ todas as sextas-feiras para a

⁵ O Largo da Batata, localizado na zona oeste de São Paulo, surgiu como entreposto comercial para a capital e cidades do interior. Na década de 1930, recebeu bondes elétricos que ligavam o bairro ao centro da cidade. Já nos anos 1990 se transformou em um terminal de ônibus a céu aberto que, com a

promoção de atividades colaborativas, proporcionando uma nova dinâmica ao uso do espaço urbano. Surgem também manifestações de caráter mais político, que trazem para a discussão questões relacionadas ao gênero, raça e mobilidade dentro da cidade, como os movimentos feministas (Feminicidade), negros (Coletivo Sistema Negros), ciclioativistas (Ciclocidades) ou de mobilidade a pé (Sampapé). Foi criada também a Coordenação de Promoção ao Direito à Cidade, braço da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, para promover a ocupação de espaços públicos e a cidadania. Através de parcerias com organizações em rede foram desenvolvidos projetos de inclusão social, cidadania e cultura digital na cidade de São Paulo que potencializaram transformações por meio da conexão entre o mundo digital (redes) e a ocupação de novos espaços através da ressignificação dos equipamentos públicos(rua).

Figura 11 - Movimento a Batata Precisa de Você



Fonte: Facebook (2018)

grande movimentação de pedestres, passou a atrair o comércio irregular mal visto pela maioria da população e do poder público. Em 2002, a Prefeitura de São Paulo lançou um concurso de reconversão urbana para a região. Com o projeto escolhido, deram início às obras em 2007 e a concluíram em 2013 com a construção de uma praça seca, sem área de permanência e com arborização escassa que servia apenas como rota de passagem (HORI, 2016).

Figura 12 - Triciclo Dream Bike adaptado pelo coletivo BijaRi, uma praça pública montada no triciclo [Praças (Im)possíveis]



Fonte: Facebook (2018)

Além dos movimentos “ocupes”, surgiram também redes online e ações off-line, como por exemplo, Nossas Cidades que é uma rede de ação e mobilização criada em 2011 no Rio de Janeiro com o Meu Rio e a partir de 2014 em São Paulo com a Minha Sampa. Posteriormente, se espalhou por diversas cidades, inclusive em João Pessoa, com a Minha Jampa.

Diferentemente dos coletivos citados anteriormente, a rede Nossas Cidades trabalha com ações que dispõem de ferramentas que estimulam o compartilhamento e divulgação de mobilizações nas cidades. A partir de plataformas desenvolvidas pela rede, oferecem a sociedade o acompanhamento da política local, notícias e quando identificam uma oportunidade de ação, convocam a população para participar, pressionando e criando alguns dispositivos de petição online, dentre eles: o Painel de Pressão, onde qualquer pessoa pode pressionar o poder público por email, redes sociais; o Imagine, onde os cidadãos podem recriar soluções urbanas para a cidade; o De Guarda, que permite que os cidadãos sejam guardiões virtuais do espaço público; o Multitude, onde qualquer pessoa pode se voluntariar para compartilhar tempo e talento com as causas da rede; e, mais recentemente, o Compartilhaço, que amplia a

visibilidade de uma mobilização ou causa social a partir do compartilhamento sincronizado em perfis no Facebook e Twitter.

Esse conjunto de vozes deram o pontapé inicial para o aparecimento de diversos grupos articulados em rede, e em João Pessoa, surge através de pautas ambientais e intervenções nos espaços urbanos, especialmente nos centros históricos da cidade (centrados no antigo Cais do Porto – Arena de Eventos e Cultura, na requalificação das vias de acesso à Arena de Eventos e Cultura e na implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá (SILVA, G.; SILVA, M.; SILVEIRA, 2016).

Figura 13 - Movimento Ocupe Porto do Capim, João Pessoa-PB



Fonte: Facebook (2019)

Uma das ações de grupos articulados de maior destaque é o movimento de resistência Ocupe Porto do Capim, criado em 2013, mobiliza a comunidade e a sociedade a resistirem à remoção da comunidade localizada no Porto do Capim, que reside desde a década de 1940. Nessa ação tiveram como apoiadores diversos grupos articulados, dentre eles, a Comissão a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, o Programa de Extensão e o Projeto “Subindo a Ladeira” da Universidade Federal da Paraíba, o movimento Varadouro Cultural, o movimento João Pessoa que Queremos, o movimento Amigos da Natureza, SOS patrimônio Histórico, o Museu do Patrimônio Vivo, o Centro de Referências em Direitos Humanos da UFPB(CRDH/UFPB) e a ONG Portal do Sol (SILVA, G.; SILVA, M.; SILVEIRA, 2016).

A partir dessas manifestações, uma diversidade de mobilizações eclodiu, ampliando o discurso sobre a participação no planejamento e gestão da cidade de João Pessoa. No próximo capítulo, trataremos de forma específica, os movimentos sociais e ativismos em João Pessoa (PB) e análise de alguns destes grupos de ativistas nesta cidade.

SENTIR NA CIDADE, MEXER COM ELA,
COM SEU COTIDIANO...
[Minha Jampa]



4 REDES DE ATIVISMOS URBANOS EM JOÃO PESSOA

Na cidade de João Pessoa (PB), os principais conflitos urbanos, historicamente, estiveram relacionados às ameaças e às ações de retirada de população de baixa renda de suas ocupações, principalmente quando estas áreas passaram a ser objeto de intervenções públicas e de interesse ao setor imobiliário. Parte dos movimentos sociais urbanos da cidade nos anos de 1970 foi formada a partir destes conflitos, com apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e da Pastoral da Terra (CPT).

Nos anos 1990, os movimentos sociais que têm a causa do direito à moradia como principal e com atuação nacional, como o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN); a Central de Movimentos Populares (CMP); o Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB) passaram a realizar ações de incidência política em João Pessoa. Algumas articulações também foram formadas nessa década como o Fórum Estadual de Reforma Urbana, integrado principalmente por movimentos de moradia e organizações não governamentais, na defesa dos direitos à moradia e a cidade.

Essa mudança pode ser notada através da formação de suas organizações, cujas pautas de luta não são apenas por acesso a bens e serviços urbanos (moradia, saneamento, transporte, regularização fundiária), mas também, com pautas de cidadania, controle social da gestão pública, e direito à cidade, combate a corrupção, monitoramento de transparência pública, acesso à informação e educação da cidadania. A partir disso, começaram a surgir parcerias dos grupos de activismos em João Pessoa com outras redes nacionais que trabalhavam com essa temática do direito à cidade, com foco no monitoramento de políticas públicas e combate à corrupção.

Os conflitos urbanos recentes relacionados à produção do espaço urbano da cidade se intensificaram a partir de 2011 e foram impulsionadas em 2015 em João Pessoa após a tentativa de implantação do projeto de Revitalização do Porto do Capim como parte de um programa de intervenção no centro histórico da cidade (SILVA, G.; SILVA, M.; SILVEIRA, 2016). Esse projeto previa a remoção das comunidades ribeirinhas do Porto do Capim, instaladas na área há mais de cinquenta anos para a implantação de uma grande praça de eventos, atividades turísticas e de lazer às margens do Rio Sanhauá, local de origem da cidade de João Pessoa (PB).

Nos últimos anos, as oscilações da atuação do poder público nas últimas gestões municipais de João Pessoa, provocaram o fervor de grupos de ativistas articulados que aparecem com uma diversidade de mobilizações e dinamismo nas lutas urbanas na cidade de João Pessoa (PB). Os conflitos urbanos recentes relacionados à produção do espaço urbano da cidade se intensificaram após a tentativa de implantação de vários projetos urbanísticos, que faziam parte de um Plano de Ação João Pessoa Sustentável (2014), na gestão municipal do ex-prefeito Luciano Cartaxo, dentre eles: 1) planos urbanísticos para os Complexos Beira Rio e Linha Férrea; 2) projeto de Requalificação do Porto do Capim; 3) projeto de Redução/Contenção da Barreira do Cabo Branco, 4) plano de Mobilidade Urbana.

O Plano - desenvolvido no âmbito da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis – ICES, foi fruto de uma parceria entre a Prefeitura de João Pessoa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a CAIXA. A adesão de João Pessoa à ICES ocorreu em 2013, a partir de uma pré-seleção nacional de cidades, cujo discurso sugeria a “implementação de políticas de desenvolvimento sustentável” para a capital paraibana.

Dentre os projetos de “revitalização” do centro histórico de João Pessoa, foi apresentado uma proposta de intervenção do Porto do Capim, que contemplava a construção de um Parque Ecológico, as margens do rio Sanhauá, onde previa a retirada de uma comunidade ali residente desde a década de 1940 (SCOCUGLIA, 2016). Isso chamou atenção de grupos e indivíduos articulados, criando um movimento de resistência chamado #OcupePortodoCapim, em junho de 2013, mobilizando a comunidade e os cidadãos pessoenses a resistirem à remoção.

Uma das entrevistadas comenta:

Eu participei de uma audiência do PPA participativo, um seminário, que era de 2015 a 2018 e nesse seminário sobre mobilidade urbana, foi apresentado o projeto do Porto do Capim. Com relação a comunidade, o mais absurdo é que a prefeitura tinha a ideia de fazer nas margens do rio, uma praça de eventos para 70 mil pessoas. Então a ideia era de retirar a comunidade tradicional que está ali há 70 anos e concretar as margens do rio para fazer uma praça de eventos. Quando eu perguntei nesta audiência, para o coordenador do PAC que na época era o Rio Leitão, sobre o impacto nas edificações do centro, sobre a

mobilidade e do impacto ambiental sobre o rio, ele olhou pra mim, e fez uma cara de paisagem e disse assim: A gente vai estudar depois (Karine Oliveira Gonçalves, gestora social).

O Porto do Capim também contou com o apoio de diversas organizações locais, dentre eles, o Centro de Referência dos Direitos Humanos da UFPB, que produziu um relatório sobre Violações de Direito e Processo de Requalificação de Urbanização por parte da prefeitura de João Pessoa, no qual, o Ministério Público Federal (MPF), de posse do documento, entrou na situação e conseguiu anular a execução do projeto.

No projeto da avenida Beira Rio, uma série de audiências públicas foram feitas entre várias organizações, tais como os Amigos da Barreira, Minha Jampa, o movimento João Pessoa que Queremos, junto com o Ministério Público, a prefeitura e a Câmara de Vereadores. As organizações locais protestaram através de mobilizações em redes sociais, chamando a atenção da imprensa para que o projeto urbanístico de readequar a calçada e colocar uma ciclovia no canteiro central, fosse revisto, visto a redução de um metro de calçada e canteiro de cada lado, causaria uma desconfiguração da avenida e de seus usos pela população local.

Na gestão do ex-prefeito Luciano Agra, a prefeitura apresentou um projeto de 11 milhões para a barreira do Cabo Branco que não foi executada e a nova gestão, a de Luciano Cartaxo, apresentou um projeto de 82 milhões, que, entre os especialistas consultados, na Universidade Federal da Paraíba, o projeto seria um desastre para a barreira, alterando o biombo e trazendo sérios prejuízos, possivelmente com a inviabilização de um dos trechos na praia do Cabo Branco. Foi feita uma campanha, organizada pelo grupo Minha Jampa chamado #Nãoafogue80milhões” e a partir disso, começaram uma série de diálogos, reuniões, audiências com o poder Executivo, do Legislativo e com as secretarias envolvidas na prefeitura. O grupo Amigos da Barreira fez dois seminários, onde um deles contou com a participação da secretária Daniella Ribeiro, na época, secretária de planejamento do Estado. No seminário, os grupos articulados, apontaram os problemas da obra, inclusive a ausência de transparência da obra e a movimentação chamou atenção do Tribunal de Contas do Estado, que por sua vez, anula a licitação.

Outra experiência foram as obras da Copa do Mundo e das olimpíadas. Dentro do Regime de Contratação de Obras Públicas, o Ministério das Cidades destinou

recursos pra várias cidades brasileiras, que teriam as sedes ou subsedes. A cidade de João Pessoa foi contemplada com 186 milhões para a construção de um BRT. Os grupos de ativismos começaram a questionar a prefeitura e descobriram que não havia projeto para a construção do BRT. Os grupos articulados, juntamente com a Secretaria de Mobilidade Urbana de João Pessoa, se reuniram para discutir sobre o projeto e percebeu-se que haviam falhas nas propostas apresentadas pelos arquitetos e urbanistas da prefeitura.

A entrevistada ressalta

Pra você ter uma ideia, pra se ter um BRT você precisa de um canteiro central e, obviamente, a avenida tem que estar urbanizada. Dentre as avenidas, uma delas era a 02 de fevereiro, que se quer tinha calçada em alguns trechos e também não tinha canteiro central, ou seja, o projeto não tinha qualquer recurso para adequação de calçadas. Então assim, do ponto de vista urbanístico e direito à cidade é impensável você colocar um BRT numa rua que não tem calçada, mas seria assim se o projeto tivesse passado (Karine Oliveira Gonçalves, gestora social).

Então, a notoriedade desse projeto chamou a atenção do TCE, principalmente por conta das manifestações e das próprias conexões dos movimentos com a imprensa. O TCE abriu uma auditoria especial para licitação do BRT e também barrou essa licitação, alegando que na licitação já haviam graves indícios de danos ao erário, porque era um projeto aberto. Com isso, o recurso foi suspenso pelo Ministério das Cidades.

O que se observa é que as gestões anteriores investiram em uma cidade turística e empreendedorista, com articulações com o setor imobiliário. Concomitantemente, a ausência da participação da sociedade civil na elaboração e implantação desses projetos, levou a um empoderamento social e uma retomada de mobilizações de grupos de ativismos sobre a participação na gestão urbana da cidade.

A seguir, abordaremos as práticas e atuações de dois grupos de ativistas articulados em redes: Minha Jampa e JPqQ, com atuações na cidade de João Pessoa (PB). Entende-se que esses grupos adotam diferentes estratégias políticas como forma de ativar a vida urbana em suas múltiplas dimensões. A escolha se deu mediante ao destaque nas ações participativas da gestão da cidade de João Pessoa (PB). Iremos

analisar, nesses movimentos, a sua formação, dinâmica, os mecanismos de organização em rede e suas ações recentes no campo das políticas públicas, articulações e estratégias de participação no planejamento urbano da cidade.

Iniciamos o roteiro de perguntas com a geógrafa e professora da Universidade Federal da Paraíba, ex-integrante e uma das fundadoras da rede Minha Jampa. A partir das informações recolhidas por meio de entrevistas, fizemos um mapeamento de um grupo de pessoas que foram citadas com grande relevância de caráter articulador, dentre elas: Karine Oliveira, (gestora social do Instituto Soma Brasil), o arquiteto Pedro Rossi (ex-presidente do IAB/PB) e Henrique França (integrante do movimento JPqQ).

4.1 MINHA JAMPA: AÇÕES E ARTICULAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

A Minha Jampa é um grupo de ativistas que atua em uma rede de ação e mobilização, que dá suporte a outras articulações, redes de coletivos e organizações de luta por direitos e participação de políticas públicas na cidade de João Pessoa-PB. É integrante da Rede Nossas Cidades, que por sua vez, nasceu da rede O Nossas, que é uma rede ativista que investe em metodologias e ferramentas para criação de mobilizações de impacto no Brasil. De acordo com Castells (2013),

“Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos” (CASTELLS, 2013, p. 164).

A respeito da criação da rede Minha Jampa, buscamos informações na página eletrônica, como também realizamos entrevistas com algumas representantes. A entrevistada Andrea Sales nos contou que foi criado um grupo no Facebook para filtrar experiências de soltar notícias relacionadas aos problemas sociais e urbanos da cidade de João Pessoa, como uma forma de mapear o perfil da população. A partir dessa leitura, a rede Nossas Cidades faz pontes de apoio com outras cidades que

apresentam o mesmo tipo de comportamento político do cidadão, conforme o depoimento da entrevistada:

“Toda a equipe do Nossas de diferentes cidades deu apoio, principalmente do apoio do pessoal de Recife, porque na verdade o comportamento político do cidadão pessoense é muito parecido com o de Recife; (...)comportamento político e de formas de interação na rede, se cria um grupo no Facebook e vai soltando notícias, para tentar filtrar, o Nossas faz um treinamento para você saber ler o algoritmo do Facebook, para saber como ele funciona(...) que a partir da leitura, pra que o Nossas consiga identificar qual cidade pode ajudar a gente, por ter problemas parecidos, pelo comportamento do cidadão ser mais parecido, enfim, por um conjunto de fatores” (Andrea Sales, geógrafa).

A Rede Minha Jampa teve início no ano de 2015 e se formalizou em 2016. Através de um processo que eles chamam de “filtro pessoal”, do programa Nossas Cidades, foram escolhidos dois representantes, a Andrea Sales e o Sérgio Ayres. Então a partir da escolha dos fundadores, iniciou-se um mapeamento de pessoas com perfil multiplicador, com propostas apartidárias, que participassem de coletivos ativistas, líderes de grupos de cunho religioso, esportistas que fizessem uso do espaço público e professores universitários. De acordo com o depoimento abaixo, o ativista relata o processo de seleção dos participantes da rede:

“o Nossa Cidades tem um programa de fundadores, você se inscreve, responde o questionário, por que você quer trazer essa rede para a cidade, como você quer utilizar essas ferramentas para João Pessoa, e tem uma série de princípios que o fundador tem que estar alinhado, ou seja, ele não pode ter filiação partidária, tem que respeitar os direitos humanos, pacifismo, embasamento, transparência, conversar com todos os partidos” (Jerlan, engenheiro químico).

É importante destacar que, para o Minha Jampa ser instalado na cidade de João Pessoa, os fundadores tiveram que criar uma equipe de liderança e arrecadar verbas a partir de uma meta de arrecadação fornecida pela rede Nossas Cidades, para ser utilizada na prestação de contas das ferramentas da rede, inclusive de estratégia de mobilizações existentes. O entrevistado explica:

“então 2015 não deu certo, mas 2016 deu certo, a gente montou uma equipe, e aí a meta era arrecadar 18.000 mil reais e em um mês batemos a meta 21.115 reais. Então foi um processo que iniciou em março/abril, a gente montou uma equipe, lançamos a campanha, divulgação nas redes sociais, daí em julho em 2016, a primeira campanha já fundada” (Jerlan, engenheiro químico).

Atualmente, o Minha Jampa é coordenado por três integrantes: Jerlan Alves (presidente atual), Vani Velozo (coordenadora de mobilizações) e Marne Lisieux (ex-integrante Engaja Mundo). Trabalham com pautas ligadas ao controle social monitoramento e formação de lideranças. Nesse sentido, são responsáveis por mobilizar outros grupos com pautas ligadas ao meio ambiente, feminicídio, cidadania, direito à cidade, combate à corrupção e monitoramento de transparência pública. Os integrantes da rede Minha Jampa explicam:

“então é isso do controle social e outro ponto que é transversal é a dimensão que gente busca muito trabalhar para aproximar o cidadão dos processos de tomada de decisão. Eu acho que isso é sempre o horizonte nosso, em todas as ações. Tem as pautas, tem os temas, mas o que é comum a todas elas são essas duas coisas, controle social e aproximação do cidadão a esses processos” (Marne, advogada e relações internacionais). “Uma coisa que ficou muito clara pra gente que é esses três pilares, campanhas, controle social, estimular a participação do cidadão na política, traduzir o politiquês do juridiquês, que afasta o cidadão de acompanhar o trabalho” (Jerlan, engenheiro químico).

Essas redes de ativismos utilizam novas tecnologias robôes feministas que identificam as pautas e a partir da inteligência artificial, transmitem a informação para que as pessoas participem não só na escala local como também na escala nacional. É uma ferramenta de controle social dos orçamentos e gerenciamento da administração pública e uma forma de manter a população vigilante, como nos aponta o entrevistado:

“essas redes sociais estavam bombando e muitos enxergaram naquilo uma possibilidade hackear a política tradicional, hackear a forma de tomada de decisões da cidade, ou seja, como a gente pode utilizar a redes social para colocar a população mais dentro

dos assuntos que estão sendo debatidos e como a gente pode passar as tomadas de decisões para a população (Jerlan, engenheiro químico).

Os dispositivos permitem o ativismo digital, em que a transmissão da informação nas redes convida as pessoas para a ação, por motivação pessoal, ou por notar o lugar e se reconhecer nele, despertando a vontade daquilo e se transformando em canais participativos.

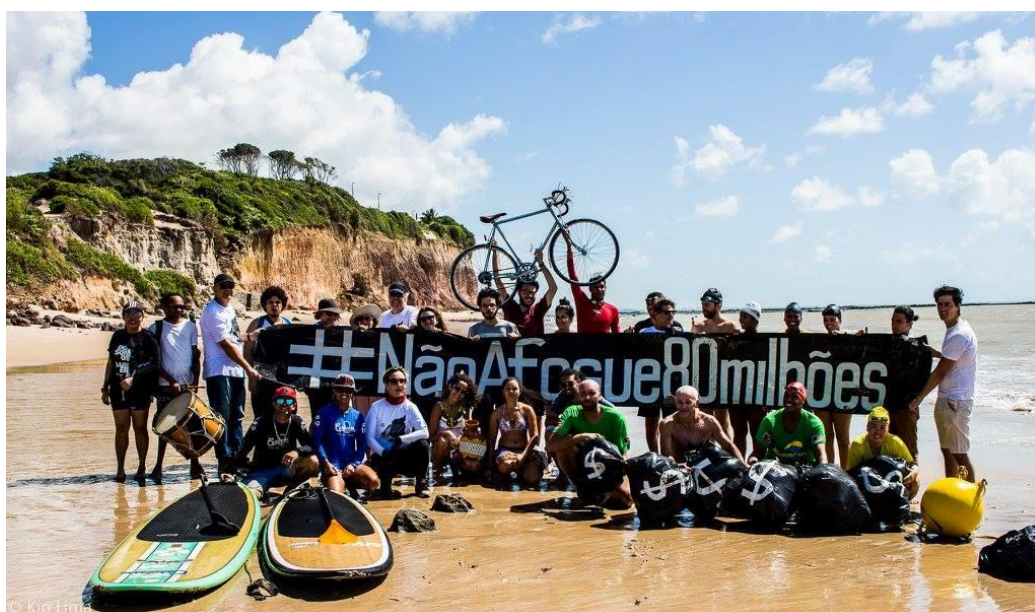
É dessa forma que a rede Minha Jampa consegue maior engajamento popular nas suas ações e articulações. Dentre elas, destaca-se a ação na Barreira do Cabo Branco, em julho de 2016. Com o apoio de outras organizações (Amigos da Barreira, Instituto Soma Brasil, Ocupa Cultura, Projeto Mais Natação, Escritório Praia Caribessa, Cidade Bike), a rede Minha Jampa conseguiu uma petição com mais de mil assinaturas, cobrando a Prefeitura Municipal de João Pessoa, uma audiência pública a fim de esclarecer o orçamento aprovado de 80 milhões de reais para financiar um projeto que seria implementado na Barreira, sem EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental). Além disso, foi feito um documento com ajuda de profissionais ligados a pauta ambiental, com argumentos técnicos que elencava uma série de problemas no projeto apresentado pela Prefeitura, como nos explica a entrevistada:

“O grupo Amigos da Barreira fez dois seminários, participei de um deles que teve a secretária Daniella Bandeira, atual secretária de planejamento do Estado e nesse seminário a gente apontou todos os problemas dessa obra, inclusive eu apontei os problemas de ausência de transparência não só da obra, mas tudo que é feito pela prefeitura e pelo Estado, não é prática você ter transparência e participação” (Karine Oliveira Gonçalves, gestora social).

Como o intuito de barrar o projeto, foi feita uma campanha da Minha Jampa chamada “Não afogue 80 milhões” (ver figura 14) como forma de trazer engajamento da população e pressionar o poder público. A movimentação chamou atenção do Tribunal de Contas do Estado e a licitação foi suspensa. De acordo com o entrevistado:

“A ideia era o seguinte, como o projeto era de 80 milhões então teve a ideia de fazer um resgate simbólico desse dinheiro simbólico desse dinheiro no mar. Então a gente colocou oito sacos de dinheiro no mar e aí a gente tinha um grupo de nadadores que iam e fazia esse resgate lá, acompanhado com uma galera de caiaque e foi massa porque tinha umas 10 organizações acompanhando a gente de vários tipos, e foi uma ação da gente, pra dizer que não éramos ativismo de sofá, até a intervenção”(Jerlan, engenheiro químico).

Figura 14 - Ação #nãoafogue80milhões em conjunto do Minha Jampa com vários movimentos: Amigos da Barreira, Ocupa Cultura, Projeto Mais Natação, Escritório Praia Caribessa, Cidade Bike.



Fonte: Página Minha Jampa no facebook (2021)

Na entrevista realizada com os integrantes da rede Minha Jampa, também foi citado que, dentre as intervenções mais relevantes na cidade, foi feita uma ação com pauta sobre o Feminicídio (ver figura 15), no mês de março, onde a rede mobilizou um grupo de vinte mulheres para marchar pelo centro da cidade de João Pessoa em direção à Praça dos Três Poderes, em frente ao Ministério Público, com faixas sobre o tema Feminicídio. Essa intervenção contou com a participação de outras redes estaduais: Minha Recife, Porto Alegre e Campinas. A entrevistada cita:

“a gente começou a participar de reuniões com movimentos de mulheres na Paraíba, antes do dia 08 de março, capitavam uma ação diferente porque a Minha Jampa tem isso trazer elementos novos para aproximar as pessoas mais jovens e aí a gente

resolveu participar das reuniões juntos com os movimentos e convidamos 20 mulheres que mobilizamos a gente resolveu fazer uma intervenção urbana no dia da Marcha da Mulher, no dia 08 de março e como a gente tinha uma campanha Isso também é feminicídio, que foi criada em rede, por Minha Recife, Porto Alegre, Campinas e Jampa” (Vani Velozo, estudante de Ciências Sociais).

Figura 15 - Ação #issoéfeminicídio do Minha Jampa, realizada no centro da cidade de João Pessoa “Isso é feminicídio”, com apoio de várias redes estaduais e Minha Jampa



Fonte: Página Minha Jampa no facebook (2021)

A campanha teve por objetivo conferir visibilidade ao tema e cobrar do governo a implementação das Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero, as mortes violentas de mulheres (feminicídios) através de um decreto estadual, como nos mostra o trecho da entrevista:

(..)e a campanha ela pedia, ela pede na verdade, que ainda não teve uma vitória concreta, que o Estado aderisse ao protocolo de crimes de Feminicídio, quebrar urna, investigação, e aí a gente começou também a fazer as articulações, o governo do Estado começou a juntar alguns grupos, órgãos, algumas instituições para fazer um decreto pra que o governador do Estado assine e pra esse protocolo seja aderido pelo Estado e as pessoas que trabalham nas pontas, como polícia civil, pessoas que investigam, que elas tenham mais conhecido sobre feminicídio, sabe(...) (Vani Velozo, estudante de Ciências Sociais)

De acordo com os entrevistados, foram mais de 480 assinaturas, muitas ações e reuniões durante a campanha e em novembro de 2018, a rede Minha Jampa comemorou mais uma conquista importante: a assinatura do decreto estadual instituindo o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) para investigar, processar e julgar os crimes de feminicídios na Paraíba (ver figura 16).

Figura 16 - Ação #issoéfeminicídio do Minha Jampa, realizada no centro da cidade de João Pessoa “Isso é feminicídio”, com apoio de várias redes estaduais e Minha Jampa



Fonte: Página Minha Jampa no Facebook (2021)

É perceptível que as ações e articulações da rede Minha Jampa são iniciadas com contextos específicos e que contam com o apoio de outros grupos e redes locais e nacionais, convocando a participação conjunta e simultânea de outras manifestações numa rede de espaços locais (CASTELLS, 2013, p. 121)

“Então a gente tem muito essa ideia de sempre quando a gente lança uma mobilização a gente tenta mapear quem são os organismos e as organizações que trabalham diretamente com a pauta, especialista, sabe. Quase todas as mobilizações tem essa parceria, e quando não tem, a gente chama alguma referência naquele tema, lembra da pessoa e chama aquela pessoa para agregar” (Vani Velozo, estudante de Ciências Sociais).

Embora as ações se manifestem em redes sociais da internet, eles ocupam espaços públicos e prédios simbólicos, criando comunidades instantâneas de práticas transformadoras (CASTELLS, 2013, p. 123). A entrevistada enfatiza:

“somente estando na rua é que a gente tem a dimensão que por mais que tenha apoiador que segue a gente, é interessado por essas causas nas redes sociais, quando a gente vai pra rua a gente tem uma real noção de que nem todo mundo tá sabendo né. É somente quando a gente vai pra rua é que a gente vê, apesar de ter atingindo muita gente, ainda falta um público grande que não tem acesso a esses momentos, esse tipo de mobilização” (Marne Lisieux, advogada).

Percebe-se assim, que o grupo Minha Jampa tem atuado sob diversas frentes de ações que se caracterizam por movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Traz uma narrativa de um contexto de movimentos globais que atuam em rede sociopolíticas e culturais, em que o espaço público é utilizado para atrair olhares e ampliar as práticas participativas na gestão política da cidade.

Observa-se ainda que utilizam novas tecnologias robóticas, como a inteligência artificial, como uma tentativa de aproximar as pessoas, não só na escala local como também na escala nacional sobre a temática do controle social dos orçamentos e gerenciamento da administração pública. Esses dispositivos permitem que a população se torne vigilante, fomentando o ativismo digital e trazendo o cidadão para

a ação, motivando-as e despertando nelas o desejo de participar de canais de vigilância da gestão urbana de suas cidades.

O caráter democrático e participativo dessas experiências vem assumindo maior significância se considerado que estes movimentos se materializam fisicamente em espaços públicos, através das ações coletivas de ocupação e intervenção, que têm sua existência continuada no espaço livre da internet, conquistando adeptos, incorporando novas possibilidades e refletindo sobre seus propósitos.

4.2 JOÃO PESSOA QUE QUEREMOS E O PROJETO OCUPE BEIRA RIO

No ano de 2013, a Prefeitura Municipal de João Pessoa lançou nas redes sociais um plano ciclo viário que contemplava, entre outras ações, a instalação de uma ciclovia que ligaria a orla ao Centro da Cidade, pela Avenida Beira Rio. Nele, a Prefeitura apresentou a retirada de quatro metros do canteiro central da avenida para que contasse com uma terceira faixa de rolamento para automóveis, em cada lado. A entrevistada cita:

“A gente teve essa informação, ou seja, vários grupos tiveram ao mesmo tempo e a gente começou a se reunir pra saber como fazer frente a essa decisão da prefeitura e como poderia assegurar que a Beira Rio permanecesse como o escopo atual e se fosse melhorada para se ter adequação da calçada, implantação de ciclovia na avenida” (Karine Oliveira Gonçalves, gestora social).

Como podemos observar na figura 17, a arquiteta Raissa Monteiro escreveu em sua página pessoal do Facebook, uma crítica ao projeto da Prefeitura, onde ela cita:

“Acabei de ver no jornal que vão diminuir o canteiro central da Avenida Beira Rio, um dos mais arborizados da cidade, para a construção de mais uma faixa de asfalto. A justificativa foi de “melhorar a mobilidade urbana”. (Raissa Monteiro, arquiteta).
“Em tempos de luta por uma cidade para pessoas, melhorias no transporte público, melhores calçadas e mais ciclovias, escolhe-se retirar o verde e privilegiar os carros. Não é essa a cidade que eu quero, com certeza não é a que você quer. O canteiro tem que ficar!” (Raissa Monteiro, arquiteta).

Figura 17 - Denúncia sobre o anúncio da retirada do canteiro central da Avenida



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

A notícia dada pela gestão municipal chamou atenção, motivando a criação de um movimento que contestou a proposta, que reivindicava participação da sociedade em geral nas decisões de grande impacto sobre a cidade. Esse grupo foi chamado João Pessoa que Queremos (JPqQ).

É importante ressaltar que a avenida Beira Rio (ver figura 18) é uma das vias mais importantes da cidade de João Pessoa. Ela interliga o centro da cidade à praia, cortando diversos bairros considerados de médio e alto padrão com boa infraestrutura, proximidade a escolas, hospitais, comércio, e também faz ligação com a BR230.

começam a se articular e discutir sobre mobilidade urbana, transparência, diálogo e participação popular na gestão pública da cidade de João Pessoa (ver figura 19). O entrevistado cita:

“O JPqQ sempre foi um grupo de amigos, de pessoas que acabaram se tornando amigos e que lutaram por uma cidade mais equilibrada, de uma cidade para todos, especialmente para uma cidade para pessoas. Se você pensar nisso, você tem espaço para todo mundo...é e a gente acabou se colocando como um movimento, depois como um coletivo mas a gente nunca, uma das coisas que a gente falhou talvez, foi nunca ter formalizado isso, a gente não tem estatuto, a gente não fez(...)” (Henrique França, professor).

Figura 19 - Reunião do movimento JPqQ na UFPB



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

Durante os três anos de atuação, o JPqQ realizou mobilizações de ocupação na avenida Beira Rio, debates públicos sobre o assunto, entregou cartas à Prefeitura, provocando audiências públicas junto ao Ministério Público da Paraíba e participando de reuniões internas com membros da gestão pública.

A partir da entrevista, um dos integrantes do movimento JPqQ nos contou que as articulações se iniciavam pelas redes sociais, principalmente pelo Facebook. Após várias tentativas de solicitar uma audiência com a Prefeitura juntamente com o

Ministério Público, mas sem retorno positivo, decidiram ir as ruas e chamar atenção da população através de ações pontuais.

Uma das primeiras ações do grupo foi uma intervenção temporária nas árvores distribuídas no canteiro central da Avenida Beira Rio, onde um dos integrantes se propôs a amarrar uma faixa vermelha com o símbolo do carro, como uma forma de chamar atenção da população, como nos mostra a figura 20.

Figura 20 - Destaque no jornal sobre o manifesto do JPqQ realizado na Avenida



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

Fica evidente que a imprensa e os gestores da Prefeitura foram pegos de surpresa pela manifestação do movimento JPqQ, principalmente pela força e rapidez com que se mobilizaram e se espalharam. Na reportagem acima, observa-se que não houve um diálogo entre Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Infraestrutura do Município, sobre o plano viário que à princípio, contemplava o estreitamento do canteiro central, retirando dois metros de cada lado para a construção de novas vias para transporte individual, e consequentemente, derrubando as árvores do canteiro central da Beira Rio. O entrevistado nos conta:

“A primeira ação que chamou atenção de rua foi essa, de marcar as árvores e aí as pessoas passavam e diziam: O que que é isso? O que está acontecendo aqui? Algum acidente? Alguém morreu aqui? E aí chegou na imprensa, a imprensa acabou descobrindo, tem um pessoal aí, acho que a gente já tava com a Fanpage no ar, dentro do Facebook, “tem um pessoal aí, colocando umas histórias e tal, e aí chegaram até nós, mandaram uma mensagem, acabaram conseguindo o contato de um de outro, olha quem é o grupo? Que vocês querem? e daí começou(...) (Henrique França, professor).

Figura 21 - Audiência pública com o MPPB, em 18 jul 2013



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

Após as manifestações, o projeto é retirado das redes sociais e o movimento JPqQ percebendo que havia irregularidades, começa a se preparar para audiências públicas (ver figura 21), onde o Ministério Público também passa a questionar a Prefeitura sobre a necessidade de alargar a avenida Beira Rio. O entrevistado diz:

“numa audiência pública teve um absurdo de dizer que era por conta de uma faixa exclusiva para ônibus e a gente começou a se preparar para essas conversas, porque, por exemplo, a gente podia argumentar, isso com o Ministério Público né, seu argumento é muito fraco, porque só passam duas linhas de ônibus na Beira Rio, o senhor vai fazer, vai abrir uma via nova, vai fazer uma faixa exclusiva para dois ônibus? Duas linhas? Então os próprios promotores começaram a perceber que, pedir explicações e tal e a gente foi meio ganhando espaço nessa conversa(..)” (Henrique França, professor).

Através das entrevistas feitas com os grupos articulados, tivemos a informação de que havia sido aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano da cidade de João Pessoa, a construção de um empreendimento de doze andares próximo à margem do rio que se encontra em paralelo a avenida Beira Rio e que esse projeto de alargamento e embelezamento seria para beneficiar a especulação imobiliária do local. A entrevistada relata:

“Tem uma questão por trás dessa obra que a Prefeitura fez na Beira Rio que é passou recentemente no Conselho de Desenvolvimento Urbano uma resolução para se construir a margem do rio, naquelas imediações da Flora Falcone, naquele pedaço, um edifício de 12 andares. Isso seria extremamente danoso, por conta não só da própria agressão visual, impermeabilização, uma mudança radical da paisagem, e isso está tramitando, assim, eu não tô acompanhando essa pauta diretamente, mas fosse interesse checar, o IAB tem um representante no Conselho e é se recorreu nessa decisão, não sei em qual instância, pra que não se pudesse construir edifício de 12 andares. Então assim, interesse checar se a prefeitura não resolveu embelezar a avenida para prepara-la para especulação imobiliária, que é o que geralmente acontece aqui” (Karine Oliveira Gonçalves, gestora social).

Apesar do movimento JPqQ informar que não recebeu apoio de nenhum mandato, havia um diálogo com vereadores em oposição ao prefeito Luciano Cartaxo, como Lucas de Brito e Tibério Limeira, este por sua vez participava do Fórum de Mobilidade Urbana. As aproximações se deram após o movimento se manifestarem em entrevistas dadas a canais de TV (ver figura 22) e começarem a ganhar visibilidade, gerando interesse por parte dos políticos opositores a gestão atual. De acordo com o entrevistado:

“essa foi uma preocupação muito forte nossa porque inclusive tudo que se falava de crítica e da prefeitura era oposição, era eleitoral. Então a gente disse que tinha que ter um maior cuidado, inclusive tivemos algumas pessoas interessadas em integrar ao movimento e a gente teve que, né solicitar que isso não acontecesse realmente. Então a gente entendia a vontade de participar, mas para o movimento isso era muito ruim, porque se você colocar um político com cargo dentro do movimento, acabou! Não tem ninguém que não diga que você não tá atrelado a ele, mesmo que não esteja, então a gente sempre fez muita questão do apartidarismo, mas não somos apolíticos de jeito nenhum, nós somos totalmente politizados, mas o movimento nunca teve partido” (Henrique França, professor).

“a gente deu entrevistas em rádio, tvs, jornal impresso, e daí acabou o pessoal procurando a gente pra alguns portais pra saber o que era JPqQ e por que aquilo ali? e aí a prefeitura teve que começar a se explicar né , teve gente que se colocou bem fortemente ao lado da gente “é um absurdo, arrancar as árvores e tal, a avenida é tão bonita e outros “não é o progresso, tem muito carro na cidade , e a gente começou a se armar de argumentos” (Henrique França, professor).

Figura 22 - Entrevista dada à programa de TV pelo movimento JPqQ



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

No segundo momento, o JPqQ fez uma nova intervenção que foi chamada de Ocupe Beira Rio, onde a intenção foi ocupar o canteiro central da Beira Rio, convidando a população local a participar, assim como diversos artistas como Totonho, Torquato Joel cineasta, Chico Correia, entre outros. A articulação também se deu nas redes sociais e a população local aderiu ao movimento durante a manifestação. O entrevistado aponta:

“O Ocupe Beira Rio foi assim, a nossa ideia foi: Vamos ocupar o canteiro central, mostrar que ele tem vida, o que a gente começou a perceber? Aquele canteiro central são seis metros, na verdade é uma grande praça para os moradores da Beira rio. Em algumas áreas ali, na comunidade Padre Hildon Bandeira, ali, pouquinho atrás, descendo ali o hospital Unimed, é o pessoal joga dominó, o pessoal fazia churrasco, é então assim, é uma grande praça, é a praça deles, a gente viu: isso aqui é vida” (Henrique França, professor).

Foi feito um piquenique no canteiro central e panfletos que foram distribuídas as pessoas que transitavam nas ruas e nos automóveis, que alerta a população sobre

uma série de problemas que acarretaria com a retirada do canteiro central, como podemos observar na imagem 23.

Figura 23 - Imagens da manifestação Ocupe Beira Rio, realizado pelo movimento JPqQ



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

Os cartazes confeccionados pelo movimento JPqQ destacavam frases como “Deixe o canteiro”, “Desenvolvimento + mobilidade urbana = desmatamento”, que enfatizava temáticas relacionadas a questões de mobilidade urbana, meio ambiente e precário planejamento urbano da cidade (ver figura 24). A ideia era sensibilizar e conscientizar a população de que todos fazem parte de uma mesma cidade. O entrevistado cita:

“a gente parava um pouquinho e tal, e a gente ia distribuindo frutas junto com o panfleto. A ideia era chamar a população de forma simpática e não agressiva, nesse momento. Olha, a gente tá aqui pedindo pra não destruam esse espaço, que esse aqui é vida, olha como essas pessoas vivendo aqui” (Henrique França, professor).

Figura 24 - Imagens da manifestação Ocupe Beira Rio, realizado pelo movimento JPqQ



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

Em agosto de 2013, o JPqQ se apropria novamente da Beira Rio, com faixas e cartazes chamando a atenção da mídia e incentivando o engajamento da comunidade afim de impedir o alargamento da avenida (ver figura 25). Buscavam ainda a participação da sociedade civil no processo de mudança dos usos dos espaços públicos através do fortalecimento dos valores civis e do empoderamento da comunidade. O entrevistado cita:

“(..) era isso que a gente queria, era mostrar que esse espaço tem vida, isso aqui é a cidade pulsando, não somente carro passando, mas isso aqui é a cidade, a gente foi inclusive no líder comunitário da comunidade, e ele: não tudo bem, eu entendo, mas ele meio que tinha tido uma conversa com a prefeitura e tinha uma conversa meio atravessada sabe: “Não aqui vai ser um projeto muito bom pra gente, vai ser ótimo e tal, não era exatamente o que se previa na história” (Henrique França, professor).

Figura 25 - Destaque no jornal sobre o manifesto do JPqQ realizado na Avenida Beira Rio



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

De acordo com o entrevistado, a ideia era chamar atenção da população de forma simpática e não agressiva, como nos relata no trecho abaixo:

“Olha, a gente tá aqui pedindo pra não destruam esse espaço, que esse aqui é vida, olha como essas pessoas vivendo aqui. No panfleto tinha... explicava porque a gente tava ali, e aí elencou 13 razões porque não arrancar o canteiro da Beira Rio. A gente começou a falar desde o clima, até questão do perigo que representava para as pessoas que faziam a travessia daquela avenida, crianças inclusive, escolas que tem ali na Beira Rio. A gente começou a elencar uma série de problemas que isso traria, falamos que não tinha calçada, que era totalmente sem estrutura, mas queria que passasse mais pra carro e tal(...)” (Henrique França, professor).

Um dos integrantes do JPqQ nos reportou na entrevista que a manifestação teve que ser interrompida, pois várias viaturas da polícia chegaram no local e os manifestantes se sentiram ameaçados de alguma forma. O entrevistado cita:

“A gente chegou pra fazer o Ocupe e tinham várias viaturas da polícia rodando ali, aquela área da praça do padre Manuel Bandeira, inclusive a gente teria apresentação de um pessoal que trabalha com criança, com contação de estórias, a gente não pode ficar com esses policiais aqui, com essas armas aqui, não dá, aí foram embora, porque vieram apoiar e ficaram com medo, constrangidos, porque tava lá, em cima da praça policial com metralhadora e a gente foi lá...Gente o que que houve? Nós ficamos sabendo... Sim, tá, tudo bem. A gente veio aqui, mas...Por que esse aparato todo, aqui é muito perigoso, de tráfego e tal... (a polícia) A gente vai proteger vocês. Mas ninguém pediu proteção, a gente já fez uma mobilização aqui, nunca nos sentimos ameaçados. Não, mas é porque vocês não conhecem essa área e tal (a polícia). E aí foi ridículo porque assim, as viaturas ficavam rodando aquela quadra ali, sabe, como se fosse uma coisa, sabe. Não sentimos isso na primeira vez que ocupamos, pelo contrário, sentimos uma tranquilidade por ser abraçados pela comunidade e tal, não sentimos nenhum tipo de ameaça e claro que não tinha ver com esse negócio, tinha haver muito mais com essa coisa de mostrar que tá acompanhando e tal” (Henrique França, professor).

Após protestos, o movimento JPqQ participa de uma audiência pública e a Prefeitura ficou de entregar num prazo de trinta dias o projeto de requalificação da avenida Beira Rio e o grupo teria um prazo de quinze dias para analisar o projeto. De acordo com o entrevistado:

“A prefeitura nunca cumpriu com isso totalmente, entregou pra gente um projeto antigo, nunca mostrou esse projeto de dois metros de cada lado do canteiro e numa outra audiência segundo terceiros foi dito que o projeto nunca existiu, na verdade era só uma ideia, estava em todas as redes, em todos os meios de comunicação, o secretário dizendo vamos tirar dois metros de cada lado e tal, e a gente descobriu várias coisas. A prefeitura não se comunicava internamente, algumas secretarias nem sabiam que o projeto existia, apesar de que estavam envolvidas, uma delas era a própria mobilidade urbana” (Henrique França, professor).

Figura 26 - Manchete sobre a retirada das árvores da Avenida Beira Rio



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

Ao contrário do que foi acordado, a Prefeitura deu início, meses depois, à construção de um chamado “elevado”, retirando mais de trinta árvores do canteiro central, durante a madrugada, sem ter discutido o “novo” projeto, em momento algum, com a população (ver imagem 27). A administração municipal apresentou um vídeo-maquete do “elevado” onde constavam as três faixas de rolamento anteriormente anunciadas - o que significaria a manutenção do plano de retirada parcial do canteiro central.

Figura 27 - Imagens da avenida Beira Rio antes e após a retirada das árvores



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

Novamente, o movimento JPqQ retoma os protestos à Beira Rio, como nos mostram a imagem abaixo, colocando diversas cruzes sob o canteiro, onde cada cruz representava uma árvore que foi retirada do canteiro central. Foram colocadas bicicletas na frente dos tratores, como uma forma de impedir a retirada das árvores. Esse manifesto foi chamado de Funeral dos Ipês da Beira Rio (ver figura 28).

Figura 28 - Imagens do manifesto “Funeral dos Ipês da Beira Rio” realizado pelo movimento JPqQ



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

Depois de várias audiências, o Movimento JPqQ se reúne e apresenta uma contraproposta à Prefeitura, que contemplava a construção de uma ciclovia na Beira Rio, tendo como base o Plano de Mobilidade Urbana da cidade, que prioriza o não-motorizado. Na figura 29, observamos um estudo de uma maquete eletrônica feita pelo arquiteto Paulo César, um dos integrantes do movimento, que faz um estudo de uma ciclovia no meio do canteiro central.

Nas figuras 29 e 30, observamos que a ideia da ciclofaixa foi posta em prática pela Prefeitura, o que é considerado uma grande vitória do movimento JPqQ, pois além da ciclovia, o canteiro central é mantido, assim como as árvores existentes no local.

Figura 29 - Imagens da proposta de uma ciclovia idealizada pelo movimento JPqQ



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

Figura 30 - Projeto do movimento JPqQ sendo executado pela Prefeitura



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

O entrevistado ressalta a importância da participação da sociedade nas decisões de uso do espaço público na cidade de João Pessoa, como nos conta no trecho abaixo:

“então a gente acabou vendo esse sonho de materializar...inclusive hoje a gente se deve como movimento contar essa história pra todo mundo, a prefeitura não inaugurou ainda mas certamente vai inaugurar com festa, dizendo que foi ela que teve a ideia de fazer a ciclovia e tal e é uma grande mentira. Primeiro porque existia um plano ciclo viário muito anterior, mas que foi engavetado. Depois de toda briga pra chegar lá veio um movimento espontâneo, que levou o nome João Pessoa que Queremos, mas poderia ter sido qualquer outro. Mas ele é um movimento da sociedade civil organizada. E se não fosse esse movimento não teríamos hoje ciclovia nem calçadas na Beira Rio, certeza absoluta! Então pra gente é uma vitória incrível nesse sentido” (Henrique França, professor).

“O projeto de requalificação da Beira Rio hoje, ele existe graças a uma intervenção de um movimento da sociedade civil organizada, que foi em 2013, a gente passou cinco anos lutando por isso, e agora cinco anos depois a gente tá vendo materializado!” (Henrique França, professor).

Em paralelo às ações na Beira Rio, o movimento JPqQ tinha um projeto chamado “Conversa de Praça”, onde o grupo convidava a população a dialogar sobre a cidade que acontecia em diversas praças da cidade de João Pessoa. Foi escolhido de forma estratégica, cinco praças que se localizavam em diversas zonas da cidade: Praça Rio Branco (Centro), Busto de Tamandaré (praia), Praça da Paz e Coqueiral (zona sul), Oitizeiro e Cruz das Armas. O entrevistado cita:

“A nossa ideia era tentar chegar a lugares mais(...) a espalhar mais essa voz, sabe, que a cidade se entendesse melhor. Na verdade, era um sonho bem ousado porque te falei, éramos 15, 20 pessoas pra comunicar a cidade toda, não é fácil, mas a gente foi até onde pôde” (Henrique França, professor).

O evento foi lançado através das redes sociais (Facebook) e algumas pessoas que moravam nas regiões selecionadas, serviram de porta voz à população local para participarem das reuniões em praça pública (ver figura 31).

Figura 31 - Panfleto sobre o projeto “Conversa de Praça” realizado pelo Movimento JPqQ



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

O foco principal das Conversas de Praça era discutir sobre a cidade, mobilizar a sociedade de uma maneira geral e fazê-la entender que a cidade é a casa de todos, como também de informar as pessoas sobre o direito de reivindicar o que está sendo

feito com o dinheiro público, com foco na mobilidade urbana, sob a falta de estrutura das praças, violência urbana, o uso da bicicleta na cidade, entre outros pontos que permeiam o direito à cidade, como nos mostram as imagens da figura 32.

Figura 32 - “Conversa de Praça” realizado pelo Movimento JPqQ



Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

É perceptível que a proposta das “Conversas de Praça” traz a discussão sobre o direito à cidade, e por meio de grandes manifestações em praça pública, contam

com o apoio de milhares de pessoas, que se conectam com as preocupações de pessoas reais na experiência humana que fora reivindicada (CASTELLS, 2013, p. 09).

O entrevistado cita:

“Pra você ter uma ideia, o projeto de requalificação da Beira Rio era pra ter sido entregue em dezembro do ano passado, já estamos com um ano de atraso e ninguém fala nada. Então o JPqQ incomodou muito porque a gente se incomodava com essas coisas. E é o certo, é o regular, a gente não tá querendo fazer... a gente nunca foi oposição a fulano e sicrano... a gente nunca teve essa postura. Acho que a nossa postura é de cumprimento do que é devido. O que vocês estão fazendo com nosso dinheiro? Com a nossa cidade? A gente quer saber, a gente quer ver e acompanhar, isso não é um luxo nosso, isso é lei, lei de acesso à informação, lei da transparência, tá tudo lá. Só que as pessoas não usam seus direitos” (Henrique França, professor).

Utilizam-se dos espaços públicos para criar visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a sociedade, como uma forma de pressionar o poder público e a partir do momento que se materializam nos espaços públicos através das intervenções urbanas temporárias.

É de suma importância as lutas e demandas dos coletivos pelo direito à cidade, como o JPqQ, pois eles trazem à tona diversos debates urbanísticos que aproximam a sociedade para a ação em massa. À medida que se traduz a informação para uma pessoa comum, ela começa a entender que também faz parte desse processo de construção da cidade e que também pode contribuir individualmente, pressionando o poder público. E esse é o conceito que muitos estudiosos citam sobre o direito à cidade, que dá a oportunidade de as pessoas usufruírem do espaço público, de todas as formas, seja como moradia, como trabalho, como ócio, ou com qualquer tipo de atividade.

4.3 ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS ATIVISTAS ARTICULADOS EM REDE

Os ativistas urbanos vêm se organizando e atuando cada vez mais como grupos, articulações e redes de ação e mobilização ou organizações em rede, apresentando demandas e propostas nas e para as cidades e ampliando as possibilidades de controle social da gestão pública, apoiando-se no tripé da sustentabilidade, democracia e inclusão social. Na visão de Castels (2013),

a contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança (CASTELS, 2013, p. 15).

Trabalham várias pautas ligadas ao direito à cidade, cidadania, combate à corrupção, monitoramento de transparência, acesso à informação, mobilidade urbana. A entrevistada 1 aponta que:

A partir dessa mudança houve contato com redes locais e nacionais que trabalham com essa temática e o trabalho com direito à cidade veio na esteira desse trabalho de monitoramento de políticas públicas e combate à corrupção porque uma das grandes lacunas em todos processos quando você vai pensar em mobilidade, em grandes obras na cidade é a ausência de participação social e transparência pública (Karine Oliveira Gonçalves, gestora social).

Esses grupos possuem frentes de ações variadas, motivadas por opiniões próprias, que constroem diálogos sobre a democratização do conhecimento sobre os espaços públicos, contribuindo para que as pessoas possam reconhecer que os espaços da cidade são frutos de uma produção social.

É importante destacar que, apesar dos movimentos se organizarem de forma horizontal, sem bandeiras partidárias, se articulam transitoriamente com mandatos que defendem princípios semelhantes à mobilização, como uma forma de pressionar o poder público. A entrevistada 2 cita que:

“Da mesma forma que acontece com as ONGs que trabalham algum tema específico, a gente a depender do tema, a gente se aproxima mais de um mandato de algum vereador, por exemplo,

na pauta de mobilidade a gente tem aproximação com o vereador Tibério, que é mais focado nesse tema. Agora no de canudos, a gente tá com o contato muito próximo com o vereador Milanês, que foi o proponente da lei e o vereador Marcus Henrique que é o presidente da Comissão de Políticas Públicas. Cada um deles de um partido diferente numa única mobilização. E de gênero, Sandra Marrocos” (Marne Lisieux, advogada e relações internacionais).

“É bem pragmático, a gente lança uma pauta, até faz parte do nosso documento estratégico, que são nossos aliados nessa pauta, especificamente” (Marne Lisieux, advogada e relações internacionais).

As organizações focam na mobilidade urbana, formando redes nas quais o sistema de espaços públicos se torna peça fundamental de inclusão social, no qual o discurso sobre o direito à cidade é a principal chave sob do ponto de vista estratégico para monitorar as políticas públicas e combater a corrupção. No trecho da entrevista abaixo, a Karine Gonçalves explica:

“no primeiro momento era trabalhar com projetos para juventude e cultura, tendo a cidadania como tema transversal. A partir de 2011 e 2012 houve uma mudança de perfil de atuação e o Soma Brasil começou a atuar a essas pautas de cidadania, controle social da gestão pública, e direito à cidade, combate a corrupção, monitoramento de transparência pública, acesso à informação e educação da cidadania. Então a partir dessa mudança houve contato com redes locais e nacionais que trabalham com essa temática e o trabalho com direito à cidade veio na esteira desse trabalho de monitoramento de políticas públicas e combate à corrupção porque uma das grandes lacunas em todos processos quando você vai pensar em mobilidade, em grandes obras na cidade é a ausência de participação social e transparência pública. Como a gente trabalha nesse eixo, houve uma conexão natural com outros grupos que demandavam nossa presença pra questionar esse eixo da transparência pública e da participação social, ausência disso nesses projetos” (Karine Oliveira Gonçalves, gestora social).

Além de parcerias com mandatos, a rede Minha Jampa conta com o apoio de outras entidades como o Instituto dos Arquitetos do Brasil na Paraíba (IAB/PB), o

Instituto Soma Brasil, o Mobcidades (Mobilidade, Orçamentos e Direitos) e o Observatório das Metrôpoles.

Nas últimas gestões, o IAB/PB tem uma forte participação nesse espaço de movimento das redes, pois além de agregar não só os arquitetos(as) e a sociedade de uma maneira geral, ele também tangencia as pautas com outras redes e movimentos sociais que envolve o direito à cidade e participação popular na tomada decisões sobre a produção da cidade.

Nesse sentido, o IAB mobiliza as redes para participarem de ações específicas, como por exemplo, a luta pelo direito à moradia, em articulação com movimentos ligados ao direito de moradia, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direito (MTD). O ex-presidente do IAB cita que “o papel do IAB é meio que essa peça do quebra-cabeça que junta todo mundo pra essa pauta maior que é a pauta do direito a cidade” (Pedro Rossi, ex-presidente do IAB/PB).

Como cita Havery (2013) “o direito à cidade não é apenas um direito condicional de acesso aquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas” (HAVERY, 2013, p. 33).

De um ponto de vista, essas coletividades urbanas, assim como os movimentos e práticas ativistas se reconhecem em ações interventoras (ver figura 33) e discutem alternativas de como transformar o uso de espaços públicos, construindo uma inserção crítica dentro do tecido social, como podemos perceber no trecho da entrevista abaixo:

“Então as entidades, os movimentos sociais, as universidades são fundamentais para o desenvolvimento da cidade, porque juntos, em rede, dentro desses coletivos a gente pode pensar discutir a cidade e cobrar junto ao governo possibilidades de transformação. Sem isso, não há como a gente pensar a cidade” (Pedro Rossi, ex-presidente do IAB/PB).

Figura 33 - Manchete Correio da paraíba sobre o Projeto da Beira Rio

B2 Paraíba • Quarta-feira, 16 de julho de 2014 Cidades CORREIO DA PARAÍBA

Projeto da Beira-Rio em 'xeque'

Instituto de Arquitetos diz que intervenção proposta pela PMJP não resolverá congestionamentos

LIDIANE GONÇALVES

O Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento da Paraíba (IAB-PB) está questionando o projeto de mobilidade da Avenida Beira-Rio, apresentado pela Prefeitura de João Pessoa (PMJP), em junho passado. O órgão diz que a intervenção viria proposta construção de duas pontes, uma nova rotatória e o asfaltamento de vias não vai melhorar a fluidez na rotatória de acesso ao Atlântico e afirma que a ação não prioriza os não-motorizados. Além disso, o IAB recomenda um estudo de impacto ambiental e a divulgação dos detalhes do projeto para que a população tenha acesso a eles antes de sua implementação.

Os questionamentos e recomendações foram feitos através de nota técnica, assinada pelo presidente do IAB-PB, Fabiano de Melo Duarte Rocha e divulgada no site do órgão. "Faz-se imprescindível a apresentação de um estudo de impacto ambiental, contendo diagnósticos e simulações, que comprove que a eficácia da solução proposta, no mínimo, compensa os efeitos ambientais identificados. Registre-se, ainda, que qualquer intervenção nas margens do Rio Jaguaribe deveria fazer parte de um projeto de regularização de toda a sua bacia hidrográfica,

contemplando, além da drenagem e mobilidade urbanas, questões paisagísticas e espaços públicos de passeio e lazer", diz a nota.

No documento, o presidente do IAB também diz que as observações feitas demonstram a urgência de um planejamento integrado que culmine na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de João Pessoa, de forma democrática e transparente, considerando a Lei Federal de Mobilidade Urbana 12.587/2012, que estabelece o prazo até fevereiro de 2015. "A omissão na proposta quanto ao incentivo ao uso de bicicleta e de transporte coletivo, ou ao deslocamento a pé, vai contra os princípios fundamentais da Lei de Mobilidade. Especialmente no seu Art. 6º, que fala em transportes não-motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual não motorizado", diz a nota.

O documento diz ainda que é evidente a necessidade de definição de soluções técnicas viáveis ao deslocamento por meio de bicicletas ou a pé. "Por fim, insiste-se que ocorra a divulgação e comunicação detalhada de planos e projetos governamentais, de forma que a população tenha acesso às informações com mais brevidade possível, antes das implantações dos projetos", finaliza o documento.

Impacto ambiental
IAB diz que é preciso um estudo de impacto ambiental que comprove a eficácia do projeto

Em horários de pico, o trânsito na rotatória da Avenida Beira-Rio fica congestionado

Seplan desconhece documento

O secretário de planejamento da João Pessoa, Rinaldo Pêcori, disse que não tem conhecimento sobre o documento e que, por isso, não pode emitir opinião sobre ele. "O IAB é uma organização de respeito. Caso este documento seja encaminhado para o Seplan, nós analisaremos, mas por enquanto não tenho como falar sobre o assunto por não ter o conhecimento oficial sobre o conteúdo", disse. O superintendente da Saneamento, Roberto Faria, não atendeu às ligações realizadas pelo repórter. A sua assessoria de comunicação informou que apenas representantes poderiam falar alguns pontos sobre o assunto.

QUESTIONAMENTOS E RECOMENDAÇÕES DO IAB

1. Sobre o impacto ambiental do obra
 - a) A obra está inserida em Área de Preservação Permanente;
 - b) Observe-se que a proposta de intervenção prevê a redução de solo permeável na entada do rio, com o aumento da área construída e pavimentada;
 - c) Na maquete eletrônica divulgada não fica claro como uma terraplenagem solucionará o congestionamento, visto que aumentará o fluxo e concentração de veículos na aproximação da rotatória;
 - d) No material de divulgação da intervenção não existem códigos em todo o trecho da avenida Beira-Rio, incluindo as pontes propostas, e no lado do Rio da Capim que margeia o Rio Jaguaribe;
2. Sobre congestionamentos e transporte individual motorizado
 - a) O congestionamento neste trecho da Avenida Beira-Rio é causado, principalmente, pela rotatória de acesso ao Beira do Atlântico. No entanto, nada é proposto para melhorar a fluidez desse cruzamento;
 - b) A intervenção propõe uma terraplenagem no sentido Beira/centro como solução que "melhora congestionamento nos horários de pico";
 - c) O projeto não prioriza o transporte público sobre o individual, ignorando soluções técnicas que garantam o fluxo de transporte público;

Fonte: Arquivo pessoal do movimento JPqQ (2021)

O movimento JPqQ e a rede Minha Jampa são vistos pela população como um grito de pertencer à cidade e poder representar a si mesmas com uma força maior que ao reclamar o espaço em público, geram resultados de novas configurações e concepções da vida urbana menos danosas à população de uma maneira geral. O entrevistado 2 cita:

"A gente tem cada vez mais trabalhado dentro do governo, dentro das instituições, aspectos do direito à cidade, como por exemplo, a lei de assistência para os arquitetos e urbanistas, ela é uma das coisas mais importantes dentro dessa expressão do direito à cidade, porque coloca pra população carente a oportunidade de serviços especializados de arquitetos, que senão tivesse essa lei, eles não teriam como condições de arcar com a atividade. Então assim, assistência técnica para áreas precarizadas e áreas favorizadas é de extrema importância, essa assistência técnica de resolver um problema estrutural, resolver um problema de desenho urbano naquela comunidade que tem uma deficiência na infraestrutura, que se o governo não tem condições de arcar com isso, que eles deem subsídios a partir dessa lei para que grupos, coletivos e entidades e até escritórios particulares possam participar desses editais de assistência para

dar provisão de moradia, para dar provisão de infraestruturas e reforma desses espaços precarizados” (Pedro Rossi, ex-presidente do IAB/PB).

De fato, o que se observa é que a noção de ativismo urbano em rede é vista como conceito propositivo, para fazer referência a uma estratégia de ação coletiva, com base numa cultura de cooperação, de solidariedade e mais democrática, para um novo modo de organização da sociedade. Nesta sociedade das redes, o associativismo localizado, o setorizado ou ainda os movimentos de base local estão percebendo cada vez mais a necessidade de uma maior articulação com outros grupos afins, que possuem a mesma identidade social ou política, com o objetivo de ganharem maior visibilidade, para assim produzir um maior impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania.

Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. A partir deste fato, origina-se no seio do movimento social uma tensão de forma permanente, entre participar através e com o Estado na formulação e implementação de políticas públicas, ou em ser apenas um agente autônomo de pressão da sociedade civil.

Entende-se que a ação desses grupos ativistas traz uma nova abordagem de transformação da cidade como comunidade política, onde a administração da cidade seria feita pelos próprios habitantes urbanos. Radicaliza a participação social tomando como referência a ideia de autogestão, como instrumento de estratégia a gestão urbana, onde esses espaços de práticas participativas são apenas táticas de atuação de força, objetivando atos sociais, mas que não podem ser tomados como um objetivo final que é a construção de uma nova sociedade.

A questão urbana participativa deve ser lida tendo por referência uma participação democrática ampla e plural, tendo por horizonte a autogestão numa perspectiva revolucionária, num processo de radicalização democrática e ela vai refletir necessariamente num tipo de poder classista de outra natureza, que vai compreender processos pedagógicos, identidade cultural, de compreensão científica lógica do mundo. Então, os grupos de ativistas articulados em rede trazem uma referência de autogestão como forma de atuação e como proposta para o

planejamento e gestão urbana, como um processo de rompimento das regras de jogo da ordem econômica e social, estabelecida de formas de negociação e de percepção de outro tipo de sustentabilidade, que incorpora interesses de um novo tipo de racionalidade condutiva.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse trabalho foi compreender quais motivações de grupos de ativistas articulados em rede, formados pela sociedade civil que compartilham ideias, valores, propostas e questões comuns, implementaram novas formas de interação com a sociedade civil e que através de redes de ação e de mobilização nas redes sociais, despertaram uma nova maneira de produzir a cidade, priorizando o interesse social, ambiental e cultural.

A partir de 2011 e 2012 observamos uma emergência de novos movimentos e grupos ativistas, que começam a atuar com pautas de cidadania, direito à cidade, combate a corrupção, acesso à informação e educação da cidadania. Então novas formas de organização em rede baseadas no uso de novas tecnologias de informação e comunicação começam a se articular em redes locais e/ou nacionais com foco na mobilidade urbana, participação social e transparência pública.

A busca pela conquista de direitos nas cidades e do espaço público, enquanto estratégia de conquista do direito à cidade é, portanto, a principal expressão geográfica e política desses grupos articulados em rede. Observa-se que o uso de plataformas virtuais de acompanhamento das decisões públicas são instrumentos bastante utilizado por eles, afim de expandir oportunidades de ação, convocando a população para pressionar e criar redes de monitoramentos das políticas públicas nas cidades, em estudo, a cidade de João Pessoa-PB.

O controle social é um ponto transversal em que os grupos articulados buscam aproximar o cidadão comum do planejamento e gestão urbana, fomentando o interesse na participação da tomada de decisão sobre as cidades, difundindo mudanças no campo das políticas públicas e influências na mentalidade social. Tanto aproxima o cidadão como também agrega outras redes de ação e mobilização que trabalham com pautas semelhantes e que acabam funcionando como uma ponte para o ecossistema do terceiro setor.

Esses grupos articulados discutem a produção da cidade a partir de frentes populares, formado por pessoas que veem a produção da cidade sob a perspectiva da participação popular, entendendo que, quanto mais redes de ações de pessoas

estiverem reunidas, maior será essa ação e maior será seu impacto e o lugar de distância vai chegar, ou seja, a informação vai se “capilarizar”.

Ao analisar o Minha Jampa e o João Pessoa que Queremos, observamos uma característica muito próxima dos ativistas, pois suas ações são imediatas, não existe uma programação e surgem pela necessidade de uma demanda temporária. Eles se diferenciam dos movimentos sociais pela questão do tempo, falta de experiência, porém são uma fonte para a formação de movimentos sociais. O grupo de ativistas articulado em rede Minha Jampa, por exemplo, trabalha com pautas geradas pela demanda da sociedade ou eles mesmo identificam mobilizações que não estão diretamente ligadas com a temática da habitação, mas que estão correlacionadas com o debate da moradia, como a questão de como as mulheres vão deixar as crianças para irem trabalhar ou a própria mobilidade urbana.

Enquanto um grupo traz uma pauta com ações focais que se relaciona com a espacialidade da cidade, como o João Pessoa que Queremos, a Minha Jampa, discute questões de mobilidade urbana e temas que circundam a questão do gênero da mulher, que é não necessariamente pensar sobre infraestrutura da cidade, mas é um debate muito mais de gênero, de direito de estar na cidade, um tem contato direto com a espacialidade urbana e o outro não.

Nesse sentido, observa-se que esses grupos articulados em rede, buscam soluções para às desigualdades relacionadas à democracia institucional. Propõem políticas públicas e novos dispositivos institucionais como alternativas, mas ainda tem dificuldades para abordar as causas estruturais das desigualdades, oferecendo apenas tentativas de minimizá-las de alguma forma. Por outro lado, existe um discurso que fomenta o direito à cidade através da ação urbana, na tentativa de construção mais democrática e plural de uma cidade por todas as pessoas, pelo pertencimento, pela vida coletiva como um chamado à sociedade para que participe politicamente da cidade em que vivem.

Outro ponto foi discutido na dissertação refere-se às alianças e apoio político para atuação das redes. Ainda que se organizam de forma horizontal, sem bandeiras partidárias, vimos que o apoio político institucional é, ainda, fundamental para as disputas por formas mais democráticas de planejamento e gestão da cidade, pois através deles, é que as redes conseguem ter acesso a fóruns participativos sobre a

gestão urbana. Não raro as ações por um grupo de ativistas são interrompidas em função de troca de governos, reorganizações administrativas, interrupção de fluxo de recursos financeiros.

Em função disso, as redes estão sujeitas a um processo dinâmico, onde recebem aportes financeiros de apoiadores diversos e quando isso não acontece, são financiadas pelos cidadãos a partir de doações mensais, em troca de informação sobre a atuação do poder público.

Com base no que foi exposto, este estudo focalizou aspectos específicos relacionados as ações e articulações dos grupos aqui citados, contudo, proporcionamos um ponto de partida para uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema, principalmente no que diz respeito à produção e apropriação dos espaços públicos, entre outros aspectos, que possam ocasionar uma melhor compreensão das diferentes práticas e formas de atuação de movimentos e grupos ativistas articulados em rede no Brasil, em particular, na cidade de João Pessoa, PB.

REFERÊNCIAS

- BARTKOWIAK, Jaqueline Zandona. A primavera Árabe e as redes sociais: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. **Cadernos de relações internacionais**, v. 10, n. 1, 2017.
- BATISTA, Diogo Gomes Pereira; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de. Índice de avaliação da qualidade de infraestruturas ciclovárias: um estudo em João Pessoa-PB. **Rev. Bras. Gest. Urbana**, v. 12, 2020.
- BONDUKI, Nabil (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil**: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. 244 p.
- BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975.
- BRINGEL, Breno. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (org.). **Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- CARDOSO, Adauto Lucio. Vazios Urbanos e função social da propriedade. In: FERREIRA, Regina Fátima; BIASOTTO, Roseane Coreixas (orgs.). **Políticas públicas e direito a cidade**: Política habitacional e o direito à moradia digna. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/caderno_didatico02.pdf. Acesso em: 10 maio. 2022.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Ed. FFLCH, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- CHICONI, Beatriz. Movimento Passe Livre – SP: um estudo sobre as mobilizações populares e os processos de consciência. **Revista três pontos**, v. 15, n.1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/12064>. Acesso em: 10 jun. 2022
- COTTA, Camylla Carolayna; PEREIRA, Jéssica Mára Viana; FONSCECA, Carina Rabelo. Redes de movimentos sociais: a atuação em rede do movimento feminista na América Latina. **Tecnologia e Sociedade**, v. 10, n. 20, jul./dez, 2014, p. 188-200.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103-115.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e a Praça de Indignados no Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 17., 2009, Buenos Aires. **Resumos** [...]. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2009. p. 1-9. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-062/1251.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002.

IGNACIO, Julia. **Maio de 1968: você sabe o que foi esse movimento social?**. Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/maio-de-1968/>. Acesso em: 10 maio. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFÈVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. Caxias do Sul(RS): Educs, 2003.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Jorge Alberto. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, jul./dez. 2007, p. 248-285. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/JKWntC6dkPCjpRXtXfFzYzk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2022.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, 23 p.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 49-77, 2010.

PURCELL, Mark. Excavating Lefebvre: the right to the city and its urban politics of the inhabitant. **GeoJournal**, New York, n. 58, p. 99-108, 2002.

SANTOS FILHO, Onofre. Os Movimentos Contestatórios no Oriente Médio e no Norte da África: a Tunísia é a solução?. **Estudos Internacionais**: revista de relações internacionais, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 37-58, 2013. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5159>. Acesso em: 18 jun. 2022.

SÁTYRO MAIA, Doralice. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 80, 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SCHERER-WAREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 457-475, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6wD3fTrnTjTpZDJQdGvrRzH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre da; SILVA, Milena Dutra da; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. (orgs.). **Lugares e Suas Interfaces Intraurbanas**: Transformações urbanas e periferização. 1. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2016. v. 1. 400 p.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP**: espaço e tempo, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano**. 2008. Dissertação (tese de doutorado em geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia e Faculdade de Ciências e Tecnologia Estadual Paulista, João Pessoa, 2008. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105013/souzajunior_xss_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Tradução Elia Ferreira Edel. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a atuação dos movimentos da sociedade organizada em rede e suas repercussões nas formas de produção e apropriação dos espaços públicos na cidade de João Pessoa-PB. A investigação está sendo desenvolvida pela pesquisadora Flávia Cristina Coutinho Bezerra, aluna da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª Dra. Jovanka Baracuh Cavalcanti Scocuglia.

Os objetivos do estudo são: entender de que forma os movimentos urbanos em rede se materializam e se apropriam dos espaços públicos, suas práticas, significados e representações; compreender os mecanismos de organização em rede e sua expressão no espaço urbano; investigar suas ações recentes no campo das políticas públicas, articulações e estratégias de participação no planejamento urbano da cidade.

A finalidade deste trabalho é construir uma leitura das ações coletivas, indagando se elas podem contribuir para os aparatos críticos e os projetos no campo do urbanismo, auxiliando no desenvolvimento da produção urbanística da cidade e a aceitabilidade social nos projetos urbanos.

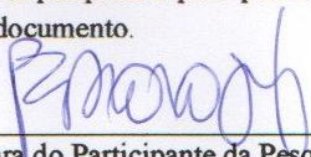
Sua contribuição será de extrema importância para conhecer os processos pelos quais a cidade é produzida e os caminhos de participação existentes e possíveis.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista que será gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Arquitetura e Urbanismo e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo, caso não queira ser identificado.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.


Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a atuação dos movimentos da sociedade organizada em rede e suas repercussões nas formas de produção e apropriação dos espaços públicos na cidade de João Pessoa-PB. A investigação está sendo desenvolvida pela pesquisadora Flávia Cristina Coutinho Bezerra, aluna da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dra. Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia.

Os objetivos do estudo são: entender de que forma os movimentos urbanos em rede se materializam e se apropriam dos espaços públicos, suas práticas, significados e representações; compreender os mecanismos de organização em rede e sua expressão no espaço urbano; investigar suas ações recentes no campo das políticas públicas, articulações e estratégias de participação no planejamento urbano da cidade.

A finalidade deste trabalho é construir uma leitura das ações coletivas, indagando se elas podem contribuir para os aparatos críticos e os projetos no campo do urbanismo, auxiliando no desenvolvimento da produção urbanística da cidade e a aceitabilidade social nos projetos urbanos.

Sua contribuição será de extrema importância para conhecer os processos pelos quais a cidade é produzida e os caminhos de participação existentes e possíveis.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista que será gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Arquitetura e Urbanismo e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo, caso não queira ser identificado.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Marne Thareza de Azevedo S. e Lima

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a atuação dos movimentos da sociedade organizada em rede e suas repercussões nas formas de produção e apropriação dos espaços públicos na cidade de João Pessoa-PB. A investigação está sendo desenvolvida pela pesquisadora Flávia Cristina Coutinho Bezerra, aluna da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª Dra. Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia.

Os objetivos do estudo são: entender de que forma os movimentos urbanos em rede se materializam e se apropriam dos espaços públicos, suas práticas, significados e representações; compreender os mecanismos de organização em rede e sua expressão no espaço urbano; investigar suas ações recentes no campo das políticas públicas, articulações e estratégias de participação no planejamento urbano da cidade.

A finalidade deste trabalho é construir uma leitura das ações coletivas, indagando se elas podem contribuir para os aparatos críticos e os projetos no campo do urbanismo, auxiliando no desenvolvimento da produção urbanística da cidade e a aceitabilidade social nos projetos urbanos.

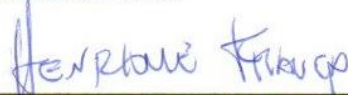
Sua contribuição será de extrema importância para conhecer os processos pelos quais a cidade é produzida e os caminhos de participação existentes e possíveis.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista que será gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Arquitetura e Urbanismo e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo, caso não queira ser identificado.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a atuação dos movimentos da sociedade organizada em rede e suas repercussões nas formas de produção e apropriação dos espaços públicos na cidade de João Pessoa-PB. A investigação está sendo desenvolvida pela pesquisadora Flávia Cristina Coutinho Bezerra, aluna da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dra. Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia.

Os objetivos do estudo são: entender de que forma os movimentos urbanos em rede se materializam e se apropriam dos espaços públicos, suas práticas, significados e representações; compreender os mecanismos de organização em rede e sua expressão no espaço urbano; investigar suas ações recentes no campo das políticas públicas, articulações e estratégias de participação no planejamento urbano da cidade.

A finalidade deste trabalho é construir uma leitura das ações coletivas, indagando se elas podem contribuir para os aparatos críticos e os projetos no campo do urbanismo, auxiliando no desenvolvimento da produção urbanística da cidade e a aceitabilidade social nos projetos urbanos.

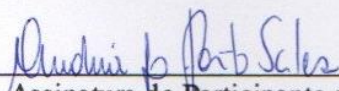
Sua contribuição será de extrema importância para conhecer os processos pelos quais a cidade é produzida e os caminhos de participação existentes e possíveis.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista que será gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Arquitetura e Urbanismo e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo, caso não queira ser identificado.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

APÊNDICE E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a atuação dos movimentos da sociedade organizada em rede e suas repercussões nas formas de produção e apropriação dos espaços públicos na cidade de João Pessoa-PB. A investigação está sendo desenvolvida pela pesquisadora Flávia Cristina Coutinho Bezerra, aluna da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dra. Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scoeuglia.

Os objetivos do estudo são: entender de que forma os movimentos urbanos em rede se materializam e se apropriam dos espaços públicos, suas práticas, significados e representações; compreender os mecanismos de organização em rede e sua expressão no espaço urbano; investigar suas ações recentes no campo das políticas públicas, articulações e estratégias de participação no planejamento urbano da cidade.

A finalidade deste trabalho é construir uma leitura das ações coletivas, indagando se elas podem contribuir para os aparatos críticos e os projetos no campo do urbanismo, auxiliando no desenvolvimento da produção urbanística da cidade e a aceitabilidade social nos projetos urbanos.

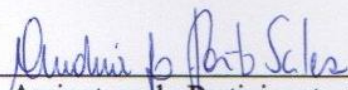
Sua contribuição será de extrema importância para conhecer os processos pelos quais a cidade é produzida e os caminhos de participação existentes e possíveis.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista que será gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Arquitetura e Urbanismo e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo, caso não queira ser identificado.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a atuação dos movimentos da sociedade organizada em rede e suas repercussões nas formas de produção e apropriação dos espaços públicos na cidade de João Pessoa-PB. A investigação está sendo desenvolvida pela pesquisadora Flávia Cristina Coutinho Bezerra, aluna da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dra. Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia.

Os objetivos do estudo são: entender de que forma os movimentos urbanos em rede se materializam e se apropriam dos espaços públicos, suas práticas, significados e representações; compreender os mecanismos de organização em rede e sua expressão no espaço urbano; investigar suas ações recentes no campo das políticas públicas, articulações e estratégias de participação no planejamento urbano da cidade.

A finalidade deste trabalho é construir uma leitura das ações coletivas, indagando se elas podem contribuir para os aparatos críticos e os projetos no campo do urbanismo, auxiliando no desenvolvimento da produção urbanística da cidade e a aceitabilidade social nos projetos urbanos.

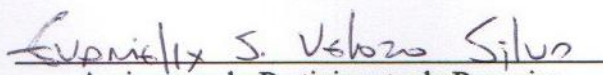
Sua contribuição será de extrema importância para conhecer os processos pelos quais a cidade é produzida e os caminhos de participação existentes e possíveis.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista que será gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Arquitetura e Urbanismo e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo, caso não queira ser identificado.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.


Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

ANEXO A

Processo Judicial Eletrônico:

https://pje.jfjb.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.sea...

PROCESSO Nº: 0809683-26.2019.4.05.8200 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ASSISTENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro
RÉU: JOAO PESSOA PREFEITURA
1ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. Trata-se de **ação civil pública** proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra o MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, com pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão de toda e qualquer atividade demolitória, de abordagem de moradores e de intervenção decorrente de obras referidas no Termo de Compromisso n.º 0.424.013.15 - IPHAN/PAC - Cidades Históricas/Revitalização do Antigo Porto do Capim e do Termo de Compromisso n.º 0.424.015-34 IPHAN/PAC/Cidades Históricas/Revitalização do Rio Sanhauá, na área onde está situada a comunidade ribeirinha do Porto do Capim, incluída a Vila Nassau, no Centro de João Pessoa/PB.
2. A petição inicial veio aos autos acompanhada de documentos, alegando, resumidamente, que o MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB tem a pretensão de intervir na área onde está situada a alegada comunidade tradicional ribeirinha do Porto do Capim, com a realização de duas obras de grandes impactos socioambientais, orçadas em mais de 30 (trinta) milhões de reais; apesar da existência da comunidade tradicional ribeirinha nas áreas de intervenção, a parte demandada considera apenas a existência de ocupação subnormal que, segundo seu ponto de vista, deve ser removida para outro ponto da cidade, a fim de que as obras sejam executadas; a realocação dessas famílias não atenderia aos anseios e as necessidades dos moradores que hoje formam uma comunidade tradicional ribeirinha, sobretudo quando se tem em vista que a remoção para outro ponto da cidade afetaria a relação de convivência da comunidade e desvincularia economicamente os profissionais locais de sua relação com o Rio Sanhauá; além disso, segundo o MPF, não teria ocorrido consulta prévia à comunidade e a área em questão teria sido reconhecida como patrimônio histórico pelo IPHAN, que não teria concedido autorização para qualquer intervenção no local.
3. O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA apresentou manifestação prévia, na forma Lei n.º 8.437/1992, art. 2º; porém requereu (identificador n.º 4058200.4221416) a suspensão do processo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para tentativa de solução consensual do conflito, alegando que, recentemente, retomou o diálogo com o MPF na busca da melhor solução para o caso; também pleiteou que, antes da apreciação do pedido de tutela provisória de urgência, fosse o órgão ministerial intimado para se pronunciar sobre o aludido pedido de suspensão.
4. A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM, representada pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU), teve deferida sua inclusão no feito na condição de assistente simples do autor MPF, na forma do CPC, art. 124 (identificador n.º 4058200.4196218).
5. Por sua vez, o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN foi excluído da lide, diante da informação (identificador n.º 4058200.4198978) de que não teria interesse em integrar a relação processual.
6. Na sequência, foi deferido o sobrestamento do feito com a suspensão de toda e qualquer

atividade demolitória na área em questão, enquanto as partes estivessem em negociação extrajudicial.

7. A UNIÃO foi admitida a integrar a lide, na qualidade de *amicus curiae* (identificador n.º 4058200.4581840).

8. O INSTITUTO SOMA BRASIL e o COLETIVO JARAGUÁ requereram (identificador n.º 4058200.4800982) seu ingresso na lide como *amici curiae*, bem como pediram que a parte demandada se manifestasse acerca da última contraproposta de conciliação apresentada pela COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM.

9. O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, por sua vez, alegou que não obteve êxito nas tentativas de conciliação extrajudicial, tendo requerido o prosseguimento da ação (identificador n.º 4058200.4998494).

10. O MPF (identificador n.º 4058200.4992993) e a DPU (identificador n.º 4058200.5047485) se manifestaram favoravelmente ao ingresso do INSTITUTO SOMA BRASIL e do COLETIVO JARAGUÁ na lide, na qualidade de *amici curiae*.

11. Autos conclusos.

12. Relatos sucintamente, **passo a decidir**.

13. De início, acolho o pedido de ingresso na lide, na qualidade de *amicis curiae*, formulado pelo INSTITUTO SOMA BRASIL e pelo COLETIVO JARAGUÁ, haja vista que essas entidades têm, dentre seus objetivos, o combate aos problemas socioambientais e territoriais enfrentados por grupos étnicos, comunidades tradicionais e de periferia, além da promoção do desenvolvimento sustentável, preservação e conservação do meio ambiente, da cultura, do patrimônio histórico e artístico e cultural, questões que também estão em discussão nestes autos; porém, considerando que a petição conjunta (identificador n.º 4058200.4800982) não veio acompanhada de procuração outorgada pelo COLETIVO JARAGUÁ, deverá o advogado subscritor da referida petição regularizar a representação processual, nos termos do CPC, art. 104, § 1º, sob pena de exclusão desta entidade do feito.

14. Por outro lado, apesar de concedido (identificador n.º 4058200.4790268) o prazo de suspensão de 30 (trinta) dias requerido pelo MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA (identificador n.º 4058200.4221416), para tentativa de solução consensual do conflito, as partes não entraram em composição amigável, razão pela qual se faz necessário dar prosseguimento ao feito.

15. Esta ação civil pública foi proposta pelo MPF contra o MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB visando à proteção territorial da comunidade ribeirinha do Porto do Capim e suas áreas subjacentes, localizadas às margens do Rio Sanhauá/PB, Centro de João Pessoa/PB, em face da realização da obra denominada Parque Ecológico Sanhauá, nesta capital.

16. Sem enfrentar, por ora, o mérito da questão relacionada à "tradicionalidade", ou não, da COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM e de seu invocado direito de ocupação da área onde está sendo realizada a intervenção urbana aqui discutida, mas considerando a possibilidade de as obras incidirem sobre patrimônio imobiliário da UNIÃO, cuja manifestação técnica (ids. 4581840 e 4208178) deixa dúvidas a respeito da cessão ou regularização da área em favor do MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA (circunstância que deverá ser esclarecida no desenrolar desta ação), e para evitar o dispêndio dos recursos públicos federais liberados no âmbito do projeto de revitalização de cidades históricas, pois o município já licitou e iniciou as obras do Parque Ecológico Sanhauá, **determino**:

ANEXO B

SOBRE O ANÚNCIO DE REQUALIFICAÇÃO DA BEIRA RIO PELA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA: CARTA ABERTA

Em 2013, a Prefeitura Municipal de João Pessoa retirou de seu portal na Internet um plano cicloviário que contemplava, entre outras ações, a instalação de uma ciclovia que ligaria a orla ao Centro da Cidade, pela Avenida Beira Rio. A subtração do Plano foi seguida de um anúncio assustador: o de que a Prefeitura destruiria quatro metros do canteiro central daquela Avenida para que a Beira Rio contasse com uma terceira faixa de rolamento para automóveis, em cada lado. A notícia absurda dada pela gestão municipal motivou a criação de um movimento que contestou a proposta, tentando entender suas reais motivações e reivindicando participação da sociedade em geral nas decisões de grande impacto sobre a cidade. Esse grupo foi chamado **João Pessoa que Queremos (JPqQ)**.

Durante os últimos três anos, o **JPqQ** realizou mobilizações de ocupação na Beira Rio, debates públicos sobre o assunto, entregou cartas à Prefeitura, provocou audiências públicas junto ao Ministério Público da Paraíba e participou de reuniões internas com membros da gestão pública, mas nunca obteve êxito sobre o porquê da supressão da ciclovia do plano cicloviário e a consequente destruição do canteiro central da Beira Rio. Ao contrário, em uma demonstração clara de negação à transparência pública e a ausência de um diálogo franco, a Prefeitura deu início, meses depois, à construção de um chamado “elevado”, retirando mais de 30 árvores do canteiro central, durante a madrugada, sem ter discutido o “novo” projeto, em momento algum, com a população.

A despeito do retrocesso da decisão e do descumprimento legal que estabelece aos gestores brasileiros implementar ações de mobilidade que priorizem o transporte não motorizado e o transporte coletivo em detrimento do automóveis particulares, a administração municipal apresentou um vídeo-maquete do “elevado” onde constavam as três faixas de rolamento anteriormente anunciadas - o que significaria a manutenção do plano de retirada parcial do canteiro central. Isso tudo em uma avenida com péssimas condições de calçadas e margeada por centenas de moradias, escolas, estabelecimentos comerciais, entre outros. O foco estava no asfalto, quando a visão sobre as pessoas que utilizavam a via diariamente estava embaçada.

Agora, três anos depois, julho de 2016, a mesma Prefeitura Municipal de João Pessoa retira da gaveta o projeto de instalação de uma ciclovia na Beira Rio (basicamente o mesmo projeto retirado do site sem qualquer explicação, em 2013) e o anuncia em tom de “novidade”, “alinhado a nova política de mobilidade definida pela Lei 12.587/2012”, como declarou o atual superintendente da Semob, Carlos Batinga. O anúncio deveria ser comemorado pela Cidade, não fosse o agravante dos prazos: a Prefeitura esperou os últimos meses de gestão para fazer valer a Lei e isso abre uma imensa possibilidade de uso da notícia sobre a ciclovia como uma bandeira eleitoral, simplesmente.

É claro que o **João Pessoa que Queremos** quer ver uma ciclovia que ligue a Praia ao Centro da Cidade - essa foi uma das principais reivindicações que motivou a criação desse movimento da sociedade civil organizada. Sim, queremos celebrar com a tentativa de ampliar espaços para a criação

de uma cidade para pessoas, com o anúncio do retorno de calçadas essenciais à população, de uma ciclovia que não agride o meio ambiente e do respeito àqueles que moram há décadas às margens da Beira Rio. Sim, queremos comemorar.

Mas queremos também respostas, esclarecimentos. Queremos entender se essa é, de fato, uma mudança de visão da Semob, da Prefeitura. Um realinhamento com o que temos reivindicado desde 2013, como sociedade civil organizada. Queremos entender porque o mesmo projeto anteriormente abortado por essa mesma gestão agora é retomado, novamente sem diálogo com a população, às portas de um processo eleitoral. Queremos acesso ao Projeto Executivo, que deveria ter sido debatido amplamente com a comunidade, como determina a Lei. Queremos transparência. Queremos saber quais as garantias, passados 90 dias de licitação - exatamente os cerca de 90 dias para as eleições municipais -, de que o projeto será levado adiante, independente do gestor que assumir a administração pública da Capital.

Assim como em 2013, queremos clareza nas ações da administração pública, queremos ver cumprida a Lei. Essas respostas são fundamentais para que se estabeleça o tão ausente diálogo transparente entre a gestão pública e seus cidadãos. Queremos celebrar, sem dúvida, mas queremos celebrar com confiança. Com a palavra, a Prefeitura Municipal de João Pessoa.